Página 13

Nº 174 DEZ/2017

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Frente Brasil Popular Balanço e perspectivas

Página 13 publica artigos de dirigentes do Partido dos Trabalhadores, PCdoB, Consulta Popular, CUT e CMP, acerca dos desafios estratégicos da esquerda brasileira

Páginas 13 a 21

2018: tempos melhores (e piores) virão

O Partido dos Trabalhadores reunirá seu Diretório Nacional nos dias 15 e 16 de dezembro de 2017. Este texto foi redigido antes da reunião e, portanto, relaciona os debate e as decisões que gostaríamos que fossem adotadas pela direção do principal partido de esquerda do país.

Em primeiro lugar, uma análise da situação mundial. Não apenas no que diz respeito a continuidade da crise do capitalismo, a seus efeitos sociais e ambientas, políticos e militares; mas principalmente no que diz respeito a evolução da situação regional, especialmente quanto ao que foi revelado pelas recentes eleições no Chile e em Honduras.

O Chile confirmou o potencial, eleitoral inclusive, de uma aliança da esquerda com a esquerda. E Honduras demonstrou que para derrotar o golpismo, não basta vencer as eleições seguintes. Nos dois casos, há ensinamentos para nós, da esquerda brasileira e especialmente do PT.

Em segundo lugar, uma análise da situação nacional. Destaca-se o crescimento de Lula nas pesquisas, motivado em parte pelo descalabro do governo Temer e dos ataques golpistas contra os direitos sociais, as liberdades democráticas e a soberania nacional; e, doutra parte, motivado pela resistência oferecida por Lula, pelo PT e pelo conjunto da esquerda. Destaca-se, também, a consolidação da alternativa Bolsonaro.

Enganam-se os que o tomam como algo exótico. A candidatura Bolsonaro é a expressão orgânica de movimentos profundos, entre os quais podemos citar a desmoralização da política, causada em parte pela ação dos políticos tradicionais e, em parte, como efeito da Operação Lava Jato; a decorrente da crise e dificuldades eleitorais dos grandes partidos da centro-direita e de suas candidaturas; e, acima de tudo, a disposição de boa parte das elites, que desejam ver sangue correndo nas ruas.

A polarização crescente entre Lula e Bolsonaro obriga a direita tradicional a movimentar-se contra ambos, tentando apresentar-se como uma alternativa de estabilidade. Alckmin é, ao menos por enquanto, o nome destes setores. Mas para que Alckmin tenha chances eleitorais, é preciso em primeiro lugar impedir Lula de concorrer. Por isto, devemos nos preparar para, a qualquer momento, reagir contra novos atropelos jurídicos, inclusive uma condenação em segunda instância e um "pronunciamento" do STF acerca do registro da candidatura Lula. Não descartando outras possiblidades, ainda mais duras.

Sendo este o cenário, cabe ao PT decidir baixar a cabeça ou subir o tom. Esperamos que o Diretório Nacional do PT decida subir o tom. Primeiro, reafirmando a candidatura Lula. Segundo, sinalizando uma política de alianças e um programa pela esquerda. Terceiro, preparando ações mais duras, de mobilização contra os golpistas.

Estamos a vários meses da inscrição de candidaturas às eleições de 2018. É preciso deixar claro, para o país, desde já, que frente às arbitrariedades, nós convocaremos uma multidão para inscrever a candidatura Lula junto ao TSE, no primeiro dia dos prazos previstos em lei.

Evidentemente, devemos buscar o apoio dos demais partidos de esquerda, assim como dos setores democráticos anti-golpistas presentes em outros partidos. Mas não devemos nos iludir. Embora a maior parte da esquerda e dos setores democráticos apoie o direito de Lula ser candidato, há também os que preferem outras alternativas, seja candidaturas próprias, seja alianças com candidaturas de centro. Sem falar do medo que muitos setores têm de, ao insistir na candidatura de Lula, estarem alimentando uma tática de boicote eleitoral.

Por tudo isto, é preciso que o PT tenha claro: nossa sobrevivência como alternativa política e eleitoral do povo brasileiro depende, neste momento, de nossa militância, de nossos simpatizantes, de nossos aliados mais próximos e daqueles setores que entenderam que não está em jogo apenas o PT ou Lula. Está em jogo o direito do povo escolher seu presidente, está em jogo a soberania popular, afrontada pela tutela do poder judiciário, do alto comando das forças armadas, da grande mídia e do grande capital.

Não precisamos, evidentemente, atacar os partidos de esquerda que por ora não queiram marchar conosco, que tenham decidido ter candidaturas próprias. Com eles devemos insistir, até o último momento, na necessidade de termos uma postura inflexível em defesa da democracia, em não transigir frente ao golpismo, em ter a perspectiva de nos unirmos em algum momento da trajetória.

Por isto o Diretório Nacional do PT deve avisar que continuam válidas as resoluções do Congresso do PT acerca da política de alianças nas eleições de 2018. Petista não se alia com golpista, nem com aqueles que votaram a favor do golpe contra Dilma, nem com aqueles que apoiaram e seguem apoiando medidas golpistas contra os interesses nacionais, contra as liberdades democráticas e contra a soberania nacional.

Em vários estados do país, governadores e outras lideranças petistas tem apoiado não apenas alianças com partidos de centro-direita, mas inclusive dado aval a candidaturas e participação em chapas com golpistas. Que estes personagens da centro-direita achem interessante marchar com o PT e com Lula, por razões eleitorais, é compreensível, ao menos por enquanto (mais a frente, podem mudar de opinião, deixando os petistas aliancistas de hoje a ver navios). Mas que petistas contribuam para confundir o quadro político, impedindo através de más companhias que nossas campanhas eleitorais deixem claro a necessidade de derrotar o golpe e revogar suas medidas, isto só é compreensível para quem coloca os interesses pessoais e locais acima dos interesses gerais e nacionais da classe trabalhadora e da esquerda.

Em terceiro lugar, o PT deve decidir o que fazer quanto a uma decisão adotada pelo Congresso do Partido: o de realizar uma consulta ao conjunto de filiados e filiadas, sobre o processo de eleição das direções partidárias. Razões práticas nos obrigam a realizar esta consulta até no máximo maio de 2018. O melhor que o Diretório pode fazer é transformar esta consulta num processo de mobilização política do petismo, seja transformando o dia da votação num dia nacional de filiação ao PT, seja incluindo na cédula eleitoral duas perguntas mais: uma sobre a retomada da contribuição financeira obrigatória e outra sobre o apoio a que um futuro governo Lula revogue as medidas golpistas e convoque uma Assembleia Constituinte.

Esperamos que o Diretório Nacional do PT, reunido nos dias 15 e 16 de dezembro de 2017, adote medidas desta natureza. Não cometendo, frente a uma conjuntura cada vez mais difícil, equívoco semelhante ao que alguns líderes da CUT e de outras centrais sindicais adotaram quando decidiram suspender a greve geral convocada para o dia 5 de dezembro. Como fica claro nos artigos de Jandyra Uehara e Ismael César, Eliane Bandeira e Professor Dudu (páginas 40 a 44), estamos num daqueles momentos da história em que uma boa briga é infinitamente melhor do que um péssimo acordo. ★

Os editores e as editoras

Expediente

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores.
Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.
ISSN 2448-0150-174
Direção Nacional da AE: Adriano de Oliveira/RS, Adriele Manjabosco/RS, Ananda de Carvalho/RS, Ângela Melo/SE, Bruno Elias/DF, Cândida Rossetto/RS, Conceição Maria de Sousa/PI, Damárci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Divonaldo Barbosa/PE, Edivan França/PI, Eduardo Nunes Loureiro/GO, Eleandra Raquel Koch/RS, Eliane Bandeira/RN, Elisa Guaraná de Castro/DF, Emilio Font/ES, Francisco dos Santos/MS, Ismael Cesar/DF, Izabel Cristina da Costa/RJ, Jandyra Uehara Alves/SP, Janine Azevedo/MG, João Luís Lemos/SP, João Paulo Furtado/MG, Júlio Quadros/RS, Laura Paz/RS, Leirson Silva/PA, Lício Lobo/SP, Margarida Calixto/SP, Mariuza Guimarães/MS, Múcio Magalhães/PE, Natália Sena/RN, Olavo Carneiro/RJ, Pamela Kenne/RS, Rafael Tomyama/CE, Raquel Esteves/PE, Renan Brandão/RJ, Rodrigo Cesar/SP, Rosana Ramos/DF, Rubens Alves/DF, Sônia Aparecida Fardin/SP, Tadeu Brito/SE, Ualid Rabbah/PR, Valter Pomar/SP. Comissão de ética: Ana Lídia/SP, Diego Pitirini/RS, Irene dos Santos/SP, Jonatas Moreth/DF. Suplentes da comissão de ética: Giucelia Figueiredo/PB, Wagner Lino/SP
Edição: Valter Pomar, Emilio C. M. Font e Natália Sena. Colaboradores desta edição Ibero Hipolito e Rodrigo Cesar **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Acesse: www.pagina13.org.br

Uma vez golpistas...

A América Latina e a aversão de suas elites à ordem democrática: Honduras novamente sob golpe de Estado

Daniel Valença

Manifestantes nas ruas de Tegucigalpa contra a fraude na apuração dos votos das eleições presidenciais

Nesta semana, uma vez mais se consolida em Honduras outra ruptura democrática. O atual presidente Juan Orlando, desde uma permissão da suprema corte para a possibilidade de reeleição, não prevista na Constituição, esteve ao longo da apuração ao menos cinco por cento atrás do candidato de oposição, Salvador Nasralla, ligado ao ex-presidente Manuel Zelaya. A apuração não deixava dúvidas quanto à vitória de Nasralla. O outro candidato de oposição, Luiz Zelaya, reconheceu a vitória do candidato opositor.

Contrariando todas as estatísticas e a comemoração popular, após o sistema do tribunal eleitoral – cujo presidente, David Matamoros já foi candidato pelo partido de Juan Orlando, o Partido Nacional – "sair do ar", o atual presidente aparece reeleito com uma margem de quase 2% de vantagem. No momento em que escrevíamos este artigo, o povo hondurenho não aceitava a fraude e o novo golpe de Estado. Atos massivos de rua estão acontecendo todos os dias em Teguciguалpa, totalmente ignorados pela imprensa empresarial brasileira. O presidente declarado reeleito anunciou o estado de exceção e a ocupação das ruas pelas forças armadas. Até este momento, já se contam 14 mortos, cerca de 50 feridos e 845 detidos, de acordo com o Comité de Familiares Detenidos y Desaparecidos de Honduras – COFADEH.

Isto, sem embargo, tampouco fez as pessoas recuarem. Novas manifestações estão sendo convocadas e o futuro daquele vilipendiado país segue indefinido. Parte das forças policiais cruzou os braços frente às manifestações populares. De qualquer maneira, apenas um aprofundamento da mobilização popular cumulado com a solidariedade internacional poderá reverter o golpe de Estado em curso.

As elites latino-americanas novamente provam que não conseguem conviver com a democracia. Apesar das várias especificidades atinentes a um continente extenso e composto por uma diversidade de povos e nações, há determinados elementos que compõem o que chamamos de formação social latino-americana. Ou seja, existem características que acompanham estruturalmente tais sociedades; que se mostram de maneira recorrente e persistente em sua história. Dentre estas, se encontra o patriarcado, a inserção dependente no capitalismo internacional, a aversão das elites oligárquicas à democracia e a superexploração do trabalho, desde um recorte étnico, com a submissão de índios e negros. Assim, propostas como a reforma trabalhista de Temer no Brasil ou a de Macri na Argentina, tratam-se da regra da regra de nossa história e não de desvios pontuais. Veja-se, por exemplo, a precarização do trabalho no período neoliberal ou a superexploração do trabalho durante a ditadura militar. Em ambos, portanto, não foi necessário o ataque direto à legislação laboral para o aprofundamento da exploração máxima sobre trabalhadores e trabalhadoras.

Da mesma maneira, a convivência das elites oligárquicas latino-americanas com a democracia – mesmo aquela meramente formal, procedimental, de participação individual voltada à escolha periódica de representantes – tampouco se sustenta historicamente. Em verdade, no curto período democrático desde a Conquista dos europeus, as elites, filhas deste processo histórico, aceitaram a democracia apenas enquanto interesses populares não conquistavam grandes massas. Na Venezuela, por exemplo, ao contrário de todo o continente, não houve ditadura militar, pois as regras do sistema eleitoral permitiam que apenas dois partidos oligárquicos revezassem no poder por décadas, sendo desnecessária a intervenção militar. Por outro lado, quando Chávez é eleito em 1998 e redireciona os excedentes para as classes subalternas, logo após, em 2002, essas mesmas elites que governaram por décadas intentam um golpe civil-militar de Estado. E não apenas lá. Logo após, Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016) também sofreriam golpes de Estado. Para superexplorar as classes trabalhadoras e posicionar-se como auxiliares do capital internacional, todos os métodos são válidos, inclusive envolvendo o "supremo e tudo".

Os partidos e organizações de esquerda brasileiras devem solidarizar-se com o povo hondurenho e exigir o imediato retorno à ordem democrática. Devem, também, preparar-se para uma eleição em que as elites e o capital jogarão todas suas fichas, inclusive a de não reconhecer a vitória da candidatura popular. Do nosso lado, em última análise, tudo dependerá da organização, mobilização, pressão, capacidade de luta e sacrifício dos setores populares. ★

Daniel Araújo Valença é professor de Direito da UFERSA e militante do PT

O que esperar do congresso em 2018?

Bruno Costa

Se o ano de 2016 foi marcado pelo golpe de Estado que conduziu Michel Temer à Presidência da República, o ano de 2017 que está terminando foi marcado pela implementação do programa do golpe. Em pouco mais de um ano, o consórcio político, empresarial e midiático que sequestrou a soberania do voto popular fez o Brasil regredir um século.

O ano legislativo se encerra com a tramitação de duas matérias que exemplificam o conteúdo do golpe: a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, e a Medida Provisória nº 795, de 2017.

A PEC 287 reforma a previdência social, eliminando o direito à aposentadoria de milhares de trabalhadores brasileiros, especialmente dos trabalhadores que vivem em regiões mais pobres, com baixa expectativa de vida. O novo texto apresentado pelo governo mantém a elevação da idade mínima de aposentadoria das mulheres para 62 anos e dos homens para 65 anos. O tempo mínimo de contribuição passa a ser de 15 anos para os trabalhadores do setor privado e continua sendo de 25 anos para os servidores públicos. Tanto os trabalhadores do setor privado quanto os servidores públicos terão de trabalhar e contribuir durante 40 anos para terem direito à aposentadoria integral.

A votação da PEC 287 no Plenário da Câmara dos Deputados estava prevista para o dia 06 de dezembro, mas como o

governo ainda não conquistou os votos necessários à aprovação da reforma, adiou a votação, que pode acontecer ainda na primeira quinzena de dezembro ou ser adiada para o primeiro semestre de 2018. O alerta de greve deflagrado pelas centrais sindicais foi fundamental para garantir o adiamento da votação e continua sendo fundamental para que a proposta seja derrotada.

Já a Medida Provisória 795 integra o pacote entreguista do governo ilegítimo, criando um regime especial de importação de bens a serem usados na exploração, no desenvolvimento e na produção de petróleo e sepultando a política de conteúdo local implementada durante os governos Lula e Dilma. A MP desonera as empresas petrolíferas, de tal modo que o Estado poderá deixar de arrecadar R$ 1 trilhão em 25 anos, ou R$ 40 bilhões por ano. O texto-base da MP 795 foi aprovado dia 29 de novembro no Plenário da Câmaras dos Deputados, com 208 votos favoráveis e 184 votos contrários, o que revela a divisão da base de sustentação do governo. Precisa ser aprovado até o dia 15 de dezembro no Plenário do Senado Federal, do contrário a Medida Provisória perde validade e terá de ser reeditada próximo ano.

A PEC 287 e a MP 795 sintetizam o horizonte do governo: construir um Estado Mínimo de direitos para os trabalhadores e a população mais pobre e um Estado Máximo de privilégios para o grande empresariado e o rentismo.

Diante de tantos retrocessos, o que esperar do Congresso Nacional em 2018?

Incialmente, cabe destacar que o ano de 2018 supostamente é um ano eleitoral, caso não haja um novo golpe dentro do golpe ou até mesmo uma intervenção militar. Como se trata de um ano supostamente eleitoral e os parlamentares dedicarão suas vidas e finanças à renovação de seus mandatos, inclusive para preservar o foro privilegiado e fugir de julgamentos em primeira e segunda instâncias, as matérias impopulares tendem a perder força e as matérias populistas tendem a ocupar o centro do debate.

No entanto, o governo pretende entregar ao mercado algum tipo de reforma previdenciária e avançar na liquidação dos direitos trabalhistas através da Medida Provisória n° 808, de 2017, a ser relatada pelo deputado federal Rogério Marinho (PSDB-RN), que também relatou a proposta original da reforma trabalhista, responsável por liberalizar o trabalho intermitente e a pejotização.

No pacote de medidas populistas que devem ser votadas em 2018 merecem destaque aquelas que dialogam com a pauta da segurança pública, como a redução da maioridade penal e a flexibilização da legislação que trata do porte de armas, e um conjunto de reformas microeconômicas, que prometem desburocratizar o processo de criação de empresas e melhorar o ambiente de negócios em benefício da geração de emprego e renda.

Em 2018 pode acontecer tudo, inclusive nada. Como estamos vivendo um golpe continuado, esperar que não aconteça nada é no mínimo sinônimo de ingenuidade ou de excesso de otimismo. Não podemos nos surpreender com a tramitação de propostas que, por exemplo, modifiquem o sistema político para a adoção do parlamentarismo. Nada dependerá dos astros, mas sim da capacidade de mobilização e de luta da classe trabalhadora. ★

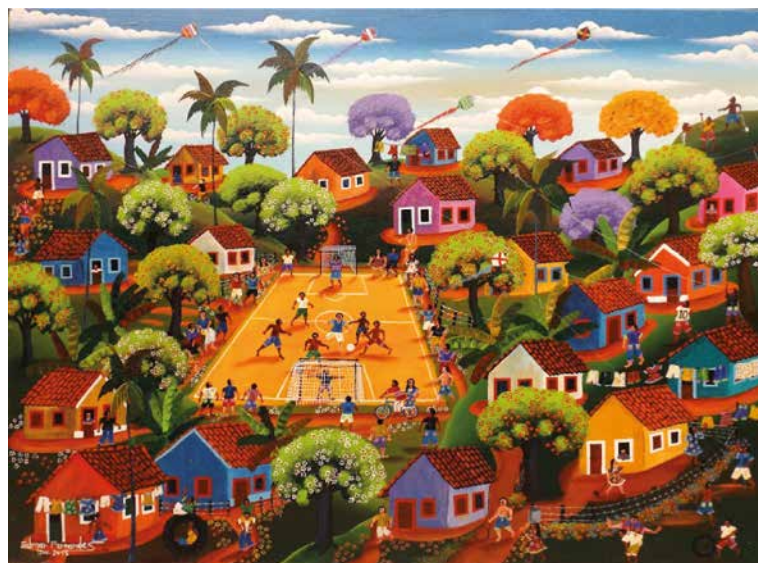
Bruno Costa é militante do PT.

O Brasil que o povo quer

Rosana Ramos

A Fundação Perseu Abramo (FPA) e o Diretório Nacional do PT lançaram este ano o programa *Brasil que o Povo Quer*, cujo objetivo é iniciar um amplo processo de escuta e debate para envolver a sociedade brasileira na construção de um novo programa para o Brasil, que seja inclusivo, que, com uma visão sistêmica, pense as necessárias mudanças estruturais para o país. O programa se articula em dois grandes projetos: *"Projeto de Nação: A Grande Sociedade"* e *"O Novo Federalismo"*.

O Projeto de Nação: A Grande Sociedade será construído tanto pela escuta da população, que terá como instrumento fundamental uma *Plataforma Digital de Participação,* lançada em setembro, além de ciclos descentralizados territorialmente de seminários e debates temáticos; quanto pelo conhecimento acadêmico, técnico e político, de especialistas, gestores e dirigentes partidários, que se dará por meio de *Grupos Temáticos*.

O Novo Federalismo tem o papel de produzir diagnósticos a respeito da situação política, econômica, social e cultural de todas as unidades da federação. Constituirá redes de colaboradores que detenham o conhecimento sobre as questões locais, com o objetivo de atualizar e aprofundar a formulação e proposição das temáticas de interesse do desenvolvimento regional. Deverá envolver lideranças partidárias, forças sociais e políticas, quadros técnicos engajados nas esferas do planejamento estratégico e das

Pintura de Edmar Fernades

pesquisa de opinião nos estados.

A formulação do *Brasil que o Povo Quer* parte da constatação de que, ainda que o Brasil tenha acumulado em diferentes momentos históricos experiências variadas de projetos para a nação, na atualidade prevalecem documentos analíticos e propositivos que tratam das saídas de curto prazo, muitas vezes apresentados de forma segmentada e fragmentada, correspondendo a interesses específicos de determinados setores sociais.

O projeto *Brasil que o Povo Quer* tem como ponto de partida a diversidade de experiências acumuladas nas últimas décadas nos governos das três esferas da federação sob a liderança do Partido dos Trabalhadores. Em especial, do legado constituído democraticamente no Governo Federal entre os anos de 2003 e 2016, que demonstrou a força e a capacidade da mudança para melhor da realidade nacional, sobretudo para a população localizada na base da pirâmide social. Ao mesmo tempo, deve incorporar os novos desafios apontados nas resoluções do Congresso do PT realizado este ano.

O *Brasil que o Povo Quer* se propõe a enfrentar os desafios atuais e pensar o futuro do país sem abrir mão de compromissos fundamentais, como a democracia política, o desenvolvimento econômico, a igualdade social, as liberdades individuais, a soberania nacional e a ampliação da cidadania. O avanço nestes campos foi fruto de lutas e resistências das forças progressistas ao longo de nossa história.

Desde 31 de julho, quando o *Brasil que o Povo Quer* foi apresentado à direção nacional do partido e aos presidentes dos diretórios estaduais do PT, o programa já foi lançado em quase todas os estados do país e no Distrito Federal, envolvendo milhares de militantes e representantes dos movimentos sociais e sindicais.

Para desenvolver o programa nas unidades federativa, em cada uma delas foram indicados o coordenador geral; e os coordenadores de diagnóstico, da plataforma, e de mobilização. Cabe a eles fomentar atividades que possam movimentar a plataforma e também pensar a integração com base num estudo sobre a situação e as particularidades de cada estado.

A síntese de todo este processo, que combina a produção de um documento fruto da reflexão e debate com dirigentes partidários, intelectuais, especialistas e gestores, com a escuta e participação da população; e os diagnósticos e análises dos estados, deverão ser encaminhados para a apreciação do Diretório Nacional do PT no mês de junho de 2018.

A grande sociedade

O *Projeto de Nação: A Grande Sociedade* será constituído por dirigentes partidários, intelectuais, especialistas, gestores, técnicos e pelos setoriais petistas, a quem caberá a elaboração de um documento síntese do debate e das contribuições advindas da participação da sociedade.

Os grupos serão norteados por sete eixos temáticos intersetoriais, inicialmente, assim definidos:

Eixo 1 – O sistema internacional, a soberania e a defesa nacional

Eixo 2 – Participação popular, liberdade e direitos. Qual democracia queremos?

Eixo 3 – Integração nacional e atuação do Estado no Brasil. É possível construir um País mais justo para todos?

Eixo 4 – A qualidade de vida para todos em conformidade com a diversidade

Eixo 5 – Como aumentar a nossa infraestrutura de bens comuns?

Eixo 6 – Como reduzir a desigualdade e garantir inclusão social no Brasil?

Eixo 7 – Desenvolvimento econômico e sustentabilidade: Como mobilizar recursos naturais e industriais gerando riqueza para todos?

É previsível que no decorrer do processo de debate e construção de sínteses apareceram questões e problemas que poderão, ou ainda deverão, ser tratados em mais de um eixo, senão em todos. Portanto, trata-se de um recorte inicial que ajudará a balizar o debate.

Cada Grupo Temático, responsável por um dos eixos, será constituído por dois organismos:

Um Grupo Executivo, que terá como tarefa fundamental organizar, analisar e sistematizar os dados, informações e contribuições advindos das pesquisas acadêmicas, dos debates e propostas feitos pelo Grupo Consultivo e também do diálogo estabelecido com a população nos processos impulsionados a partir da Plataforma Digital. O Grupo contará com um coordenador, e será secretariado pelo membro do Grupo de Conjuntura da FPA responsável pelo eixo – o que garantirá sua interface com o trabalho de consulta à população feito pela via digital.

> **Nos estados, a partir de contatos realizados com a Frente Brasil Popular, com entidades dos movimentos sociais e sindical, colaboradores de centros de pesquisas, estão sendo criados grupos de trabalho em torno das principais questões enfrentadas na região. O resultado deste diálogo político será a base da construção do programa.**

Um Grupo Consultivo, composto por gestores, lideranças partidárias com atuação no tema em questão e membros dos setoriais do PT, deverá aportar informações, experiências e conhecimento ao trabalho do Grupo Executivo, participando ativamente na elaboração das propostas.

Além dos grupos temáticos, este projeto contará com uma equipe de trabalho na FPA, que incluirá uma coordenação operativa – cuja tarefa será a de articular e dar suporte ao trabalho dos vários grupos -, bem como um diretor responsável.

Os Grupos Executivos já têm se reunido e devem até o final do mês de janeiro oferecer uma problematização inicial para o debate. Em fevereiro deve ocorrer o debate com o grupo consultivo.

O novo federalismo

O projeto Novo Federalismo também já está em andamento desde outubro, quando ocorreu a primeira reunião, em São Paulo, com os coordenadores de diagnósticos nos estados. Na ocasião, foi destacada a importância de conferir caráter técnico e político aos textos sobre os estados, que devem trazer a análise dos dados levantados e passar por discussões com movimentos sociais, bancadas, parlamentares e academia; e a necessidade de se criar grupos de trabalho por tema.

Nos estados, a partir de contatos realizados com a Frente Brasil Popular, com entidades dos movimentos sociais e sindical, colaboradores de centros de pesquisas, estão sendo criados grupos de trabalho em torno das principais questões enfrentadas na região. O resultado deste diálogo político será a base da construção do programa.

A próxima reunião geral com os coordenadores deverá ocorrer em janeiro, quando deverão apresentar um pré-diagnóstico para debate.

Plataforma digital

Em setembro foi lançada pela Fundação Perseu Abramo e pela direção nacional do PT a Plataforma Digital de Participação (https://brasilqueopovoquer.org.br), um instrumento que visa garantir um amplo processo processo de escuta e debate para envolver os brasileiros e brasileiras na construção de um novo programa para o Brasil.

Serão três frentes principais: 1) uma plataforma digital aberta à participação de todas e todos; 2) debates transmitidos ao vivo na internet com a presença de ativistas, estudiosos e estudiosas e integrantes de movimentos sociais; e 3) reuniões e debates presenciais nos Diretórios (zonais, municipais, estaduais e nacionais), setoriais e outras instâncias do PT.

As três frentes estão interligadas com um objetivo final e único de construir o Programa Brasil que o Povo quer. A sociedade brasileira poderá poderão participar de encontros presenciais, acompanhar os debates pela internet,apresentar suas próprias ideias e também opinar sobre as ideias outras pes-

soas. As conversas, por meio digitais, irão debater questões, problemas e soluções que se organizam dentro dos sete grandes eixos temáticos, definidos no Projeto de Nação: A grande Sociedade (ver acima).

O primeiro debate foi "O que é preciso fazer quando a miséria e a fome voltam a crescer no Brasil?", com a economista e ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Dilma Tereza Campello. O lançamento contou com a presença do presidente Lula e da presidenta do nacional do PT, Gleisi Hoffmann.

O lançamento da Plataforma Digital tem sido realizado nos estados simultaneamente ao lançamento do Programa O Brasil que o Povo Quer. Os debates promovidos via Plataforma, por sua vez abordaram vários temas como Bolsa Família e renda básica de cidadania, a questão das drogas, participação digital na esquerda, recursos naturais, cultura e censura. ★

Rosana Ramos, jornalista, é diretora da Fundação Perseu Abramo; com colaboração da equipe da FPA.

O programa e o partido

Natalia Sena

Merece destaque o fato de que, num momento de forte crise política e grandes ataques contra o nosso Partido, tenhamos a iniciativa de lançar um projeto cujo principal objetivo é debater, escutar e formular as políticas que defendemos para transformação da vida do povo brasileiro. Através deste projeto, o PT cria uma ferramenta que abre o Partido para a escuta e diálogo com o povo em geral, ampliando nosso campo de debate para além dos dirigentes, militantes e filiados formais.

A iniciativa é relevante e deve ser estimulada não apenas pelo seu viés tecnológico e de interação virtual, mas devemos aproveitar o "mote" para ampliar o debate com a classe trabalhadora acerca das mudanças que devemos implementar no país.

É fundamental que recuperemos o apoio da maioria do povo e retomemos o trabalho de enraizamento do Partido junto à classe trabalhadora. Devemos inclusive ter em mente que o nosso retorno ao governo depende disto, de forma que não podemos limitar o amplo debate que o PT deve realizar com a sociedade brasileira ao ambiente virtual e ainda restrito das redes sociais.

> "O debate programático não pode ser resumido a uma espécie de "lista de propostas", e a sua vinculação a questão da estratégia é fundamental. Não teremos êxito em retomar o governo federal e efetivamente governar em benefício da maioria do povo se não fizermos um debate sério e profundo sobre a mudança da estratégia que foi implementada nas últimas décadas"

Por tudo isto, consideramos importante a iniciativa e muito necessário que o Partido se volte para o debate de fundo acerca do programa que defendemos e que implementaremos caso voltemos ao governo federal.

Por outro lado, iniciativas desta natureza são importantes para levantar pontos de vista, colher opiniões e abrir o PT para o diálogo o mais amplo que for possível, mas é necessário dizer que elas não podem de alguma forma condicionar as nossas posições e nem substituir o profundo debate que o próprio Partido – seus dirigentes e militantes orgânicos - precisa estar constantemente fazendo acerca do nosso programa, da nossa estratégia e dos desafios que estão postos para aqueles e aquelas que se propõem a fazer grandes transformações no Brasil.

Por fim, é importante dizer que o debate programático não pode ser resumido a uma espécie de "lista de propostas", e a sua vinculação a questão da estratégia é fundamental. Não teremos êxito em retomar o governo federal e efetivamente governar em benefício da maioria do povo se não fizermos um debate sério e profundo sobre a mudança da estratégia que foi implementada nas últimas décadas, fincada na conciliação de classes e que teve como foco a disputa institucional.

O Brasil que o povo quer já foi lançado em quase todos os estados brasileiros e as atividades de lançamento demonstraram que a militância tem ânimo e disposição para o debate, para enfrentar os ataques contra a esquerda e defender o PT, de forma que cabe a nós fortalecer o debate também nas instâncias partidárias, que é onde deve efetivamente, ao fim e ao cabo, ser formulado o nosso programa para o Brasil e a nossa estratégia. ★

Natalia Sena é integrante do Diretório Nacional do PT

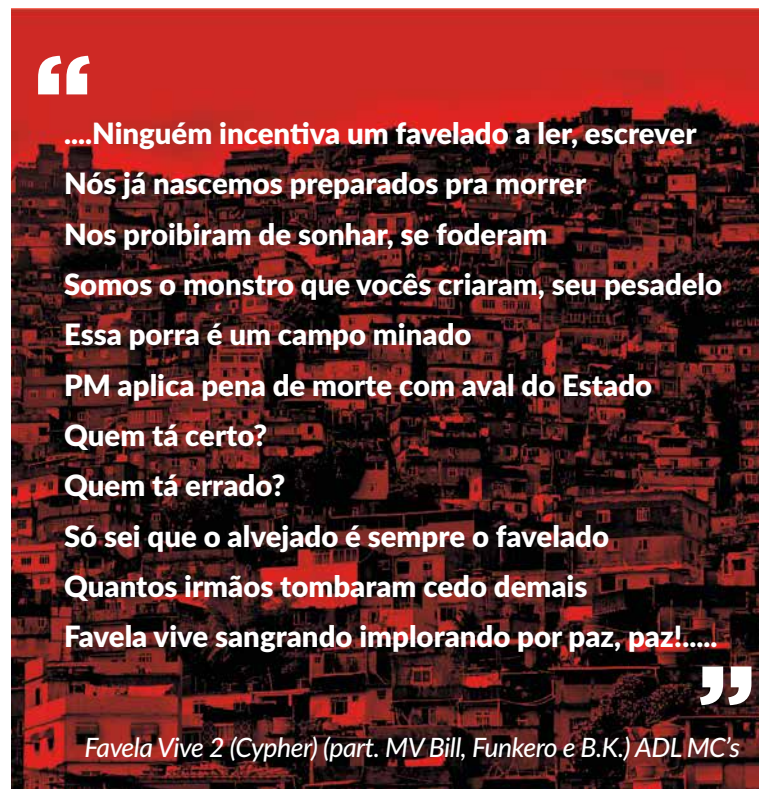
Vidas passíveis ao luto?

Suelen Aires Gonçalves

De acordo com dados recentes, apresentados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram registradas 61.619 mortes violentas em 2016, ano em que o país registrou o maior número de assassinatos da história: sete pessoas foram mortas por hora, um aumento de 3,8% em relação ao ano anterior. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública é atualmente uma fonte de dados sobre a segurança pública no país, sendo divulgado anualmente. Busca copilar e analisar os dados de registros criminais, investimentos em segurança pública, entre outros recortes introduzidos a cada edição.

Os dados de 2016, apresentados recentemente,são alarmantes. Alguns estados e regiões apresentam maiores índices. O nordeste é parte desta triste realidade: Sergipe registrou 64 mortes violentas por 100 mil habitantes, a maior taxa do país, seguido doRio Grande do Norte, com 56,9, e Alagoas, com 55,9 para cada 100 mil habitantes. Em relação àscapitais, temos o seguinte: Aracaju, com 66,7, Belém, com 64, e Porto Alegre, com 64,1 mortes violentas para cada 100 mil habitantes.

Um dado importante para nossa reflexão é o investimento para com políticas públicas de segurança em nosso país. Mesmo com um caosinstalado na área, os governos gastaram 2,6% a menos com políticas de segurança pública em 2016, o que representa um corte de 2,17 bilhões. chegandoa cifra de R$ 81 milhões. A maior redução foi observada nos gastos do governo federal: 10,3% a menos no período.

Um tema observado foi o uso da Força Nacional para operações em todo pais. A pesquisa aponta quehouve aumento de 292% no número de profissionais da Força Nacional mobilizados em ações em 2016. Sobre os recursos empregados, houve um aumento significativo de R$ 184 milhões para R$ 319 milhões. Na contra mão, no que tange investimento, houve redução real de 30,8% nos gastos com o Fundo Nacional de Segurança Pública, uma brusca-queda de 63,4% nos gastos com o Fundo Nacional Antidrogas e aumento significativo de 80,6% nos recursos do Fundo Penitenciário Nacional.

O anuário apresentou alguns temas na qual se faz necessário uma reflexão das esquerdas no pais. O primeiro versa sobre a violência policial, onde a letalidade das polícias nos estados brasileiros aumentou 25,8% em relação a 2015. Ou seja, 4.224pessoas foram mortas em decorrência de intervenções de policiais civis e militares no Brasil. Sobre as vítimas, o recorte de gênero, geracional e racial é nítido: quase a totalidade das vítimas é homem (99,3%), jovem - 12 a 29 anos (81,8%), e é negra (76,2%). Por outro lado, quanto aos servidores da segurança pública, a morte de policiais também aumentou 17,5% em relação a 2015, chegando a 437policiais civis e militares vítimas de homicídio em 2016. A maioria das vítimas também é negra, sendo 56%, contra 43% de brancos. Ou seja, quem mata e quem morre tem um recorte nítido de gênero e raça segundo a pesquisa.

O segundo tema é relativo à violência contra as mulheres. Os dados do anuário são igualmente alarmantes. Os crimes de estupro e feminicídioganham destaque nesta triste realidade. O número de estupros cresceu 3,5% no país e chegou a 49.497 ocorrências em 2016. Inúmeras pesquisas nacionais e internacionais apontam que esse tipo de crime temuma cifra oculta que chega a 3 vezes o número de casos denunciados, portanto,, poderíamos trabalhar com um número aproximado de 150 mil casos em solo brasileiro. Sobre os feminicídios, no ano passado, uma mulher foi assassinada a cada duas horas no Brasil, totalizando 4.657 mortes. Dados de 2015 do Mapa da Violência também apresentam um recorte racial nítido: mulheres negras são a maioria da parcela de vítimas fatais. Porém, mesmo com a Lei do Feminicídio em vigor desde março de 2015, apenas 533 casos foram classificados como feminícidio. Ou seja, precisamos estar atentas aos trâmites do uso ou desuso da qualificadora.

Por fim, o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública traz uma triste comparação dos dados para chamar a tenção da população brasileira. Os mais de 61,5 mil assassinatos cometidos em 2016 no Brasil equivalem, em números, às mortes provocadas pela explosão da bomba nuclear que dizimou a cidade de Nagasaki, no Japão, em 1945, durante a Segunda Guerra Mundial. Ou seja, estamos em estado deguerra. Uma guerra com um “inimigo interno” bem nítido: a população negra, jovem, da classe trabalhadora e moradora das periferias Brasil afora. Quando o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulga que 72% das pessoas mortas por ação policial são negras, isto significa que diante de pessoas negras, os policiais, força armada do estado, tem o poder de vida e morte. O resultado tem sido cada vez mais morte. Precisamos falar disto e parar de negar evidências que estão em nossa frente. #VidasNegrasImportam ★

Suelen Aires Gonçalves é do conselho editorial de Página 13

PROGRAMA

Desmontes invisíveis, reações palpáveis

Carla Mangueira

O desgoverno Temer trouxe consigo não apenas o ranço do impeachment ilegítimo e do consequente golpe, mas uma série de medidas e contrarreformas que recoloca o país nos trilhos do neoliberalismo. Há quem defenda possíveis melhoras, mas questiona-se: para quem essas melhoras foram destinadas? Quais classes e que mercados foram evidentemente beneficiadas com as medidas até então tomadas? Os setores financeiros, banqueiros, investidores estrangeiros e a minoria abastada do país, sem dúvida. Enquanto isso, a classe trabalhadora brasileira segue sendo massacrada por medidas anti-povo que tentam retirar das suas agendas de lutas históricas direitos conquistados a duras penas.

Neste contexto de cortes e reajustes, o tripé de seguridade social brasileiro, formalizado pela Constituição Federal de 1988, segue ameaçado, tendo suas políticas regentes – saúde, previdência social e assistência social – pouco a pouco revistas e recodificadas. Após o ataque à previdência social e o mapeamento de aproximadamente R$ 20 mi de reais por parte do "presidente" em defesa da contrarreforma, o próximo alvo é o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), modelo de gestão e unificação para operacionalização da política de assistência social brasileira.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) surge no primeiro mandato do presidente Lula, por meio de uma deliberação da IV Conferência Nacional de AssistênciaSocial, em 2004, que decidiu por sua implementação em todo o território nacional, de forma descentralizada e participativa, conforme consta na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993), tornando-se, dessa forma, uma política de Estado.

> **"Falar da assistência social assegurada como direito irrestrito significa falar da base que originou novas conquistas. Com a implementação do SUAS e a redistribuição de renda, os indicadores mudaram."**

Ao falar dessas reformas sociais promovidas a partir de 2003, faz-se necessário compreender, antes e sobretudo, o que significou, de fato, a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto naquele 1º de janeiro. A vitória do PT não significou apenas a retirada de uma parte da elite brasileira do governo, mas significou, sobremaneira, a abertura de um período onde a classe trabalhadora passou a ter voz para reconhecer-se como parte integrante da roda vida chamada Brasil.

O sistema de proteção social brasileiro, a partir de 2003, passou a ser uma importante resposta ao modelo militarmente concebido anos anteriores, tomando como princípios a descentralização da política, a maior participação popular nos processos decisórios, o combate ao clientelismo nas práticas relacionadas à área social e a busca da equidade na prestação dos serviços. Além disso, foi posto como primordial a criação de políticas emergenciais para famílias carentes e de baixa renda.

Após um longo período sendo posta como prática caritativa, a assistência social brasileira, bem como todo o sistema de proteção social, passou a ser debatida e veiculada como direito do cidadão e dever do Estado. A assistência social, ainda que embrionária no contexto nacional, permitiu que milhares de brasileiros e brasileiras voltassem a sentir-se organicamente como cidadãos e sujeitos de direito.

De fato, a política de assistência social, ao longo dos anos, configurou-se como parte do processo de retirada das famílias da situação de miséria, sendo um dos principais suportes de ascensão para o mercado de trabalho e para a obtenção de renda. A transferência de renda, ofertada por meio dos programas sociais como o Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), foi o abre-alas para essa ascensão. Contudo, é sabido que se faz necessário,

ainda hoje, ao pensar o modelo de assistência social brasileiro, repensar a operacionalização desses programas.

O resultado da reforma social? Acesso.

Falar do SUAS e do seu período de implantação significa falar dos caminhos que foram abertos às trabalhadoras e aos trabalhadores do país numa perspectiva de direitos. Falar da assistência social assegurada como direito irrestrito significa falar da base que originou novas conquistas.

A adoção de um sistema de proteção social, após tantos anos de retrocessos sociais, que reconhecesse as expressões da questão social oriundas da luta de classes e, principalmente, a trabalhadora e o trabalhador enquanto protagonistas neste processo político-social, foi primordial para que a base do país começasse a virar o jogo a seu favor.

Contudo, apesar de ser uma política estruturante, a assistência social, bem como o SUAS, também sofreu limitações ao ser implementada; limitações econômicas, políticas e ideológicas. Embora o alcance tenha sido consideravelmente positivo, ainda há de se pensar nas bases do projeto de assistência social brasileiro, que ainda traz em seu escopo a diminuição da desigualdade social ao invés da sua erradicação. Há de se pensar a estrutura dos equipamentos e na necessidade de se ter uma política emancipatória de fato. Avançamos ao diminuir os índices de miséria e ao ampliar as perspectivas de trabalho e renda, mas precisamos avançar nos debates cotidianos para não apenas consolidar, mas ampliar o alcance da po-

> "O que está sendo feito com o SUAS não é apenas uma política de contenção, mas é a inviabilização de uma política e de um sistema que gera acesso e dá voz ao trabalhador; uma política que devolveu dignidade, cidadania e direitos."

lítica de assistência social, até que ela não seja mais necessária.

Hoje, devido aos acertos mesmo em meio as limitações, a minoria tenta, a todo custo, colocar a base embaixo dos seus pés. O SUAS não foi apenas um ganho social, mas foi, sobretudo, um ganho político. Um ganho político de um trabalhador para todos os trabalhadores. Apesar das falhas, que devem ser criticadas e debatidas por profissionais e pela sociedade civil, ele foi a chave para que milhares de brasileiras e brasileiros acessassem direitos que durante muito tempo foram negados e reservados a uma pequena parcela da população.

Hoje, enquanto política de Estado, o SUAS vem sendo ameaçado com déficits estruturais, como o repasse continuado para o Fundo Nacional de Assistência Social, o não cumprimento dos pactos que regem a assistência social, além do congelamento da agenda de expansão de recursos referente ao II Plano Decenal de Assistência Social desde 2016.

Na agenda orçamentária, Temer estabeleceu, para o SUAS, em 2018, uma redução de aproximadamente 97%, que significa, por exemplo, para os CRAS, um novo repasse previsto em R$ 800.000,00, que não abarca, de fato, todas as realidades que são apresentadas. Para além de um corte orçamentário, Temer tem como proposta, após bons anos de ascensão social das camadas socioeconomicamente vulneráveis, a retomada da administração da pobreza. O que está por trás desse discurso de crise não é uma tentativa de salvação, mas um remodelamento da lógica da assistência social que culminará na sua retirada do Estado, tornando-a uma política residual.

O que está sendo feito com o SUAS não é apenas uma política de contenção, mas é a inviabilização de uma política e de um sistema que tem gerado acesso e voz ao trabalhador; uma política que devolveu dignidade, cidadania e direitos. Com os cortes progressivos, o SUAS se tornará inviabilizado até ser fechado para a população, privando as camadas vulneráveis de qualquer possibilidade de ascensão ou proteção social mínima.

Nossa resposta a tudo isso? Luta.

Para além de compreender os avanços, faz-se necessário barrar os retrocessos e pensar em soluções de ampliação. A conjuntura nacional, regida por passos largos rumo ao passado, tende a agravar as expressões da questão social; diante desta possibilidade, é mister que se pense uma política nacional de assistência social e um SUAS propositivos e comprometidos não apenas com o acesso, mas com a emancipação do indivíduo e com o resgate da autonomia.

Em tempos de grandes retrocessos em diversos setores nacionais, faz-se necessário que, junto aotrabalhador, pensemos política e façamos política. Que, no interior das universidades, o movimento estudantil se articule e se proponha a debater as reformas estruturais do desgoverno a fim de engrossar o coro junto ao povo – e, impossível não citar, que o movimento estudantil de Serviço Social se faça um instrumento na luta contra os retrocessos. Para além de dissenções político-partidárias, o que vemos é a tentativa de mudança dos rumos do país e do nosso projeto de sociedade. Contra isso, não existem lados, apenas o que nos coloca frente a tudo isso para lutar sem temer ao invés de temer sem lutar.

Militância para tempos de guerra. Essa é a resposta, a chave e o caminho.

Carla Mangueira é estudante de Serviço Social (UFF-Campos) e militante da Juventude da Articulação de Esquerda em Campos dos Goytacazes (RJ).

Saúde do trabalhador e sindicalismo

Ricardo Menezes e Iris Maria da Silva

De meados da década de 1970 aos anos 1980, na conjuntura de luta pela democratização do País, no campo da Saúde um movimento profundamente democrático, que entrou para a história com a denominação de Movimento da Reforma Sanitária, influenciou sobremaneira a concepção do Sistema Único de Saúde – SUS, a formulação de uma política pública de saúde do trabalhador e lançou as bases para a emergência do Movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Naquela quadra de tempo, em unidades de saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES-SP, localizadas na municipalidade de São Paulo, foram concebidos ações e serviços destinados, por um lado, a prestar assistência individual a trabalhadores, incorporando-se ao raciocínio clínico dos profissionais a possibilidade de ocorrência de estados de saúde e doenças relacionadas ao trabalho, e, por outro lado, quanto à dimensão coletiva, passou-se a inspecionar as condições dos ambientes de estabelecimentos geradores de agravos relacionados ao trabalho – acidentes, doenças e intoxicações.

Na época, tratou-se de uma importante inovação operacionalizada com o acompanhamento do movimento sindical, mas, antes disso, expressava-se o germinar de uma intervenção sanitária contra hegemônica em relação à política instituída na década de 1970 pelo Regime Militar como resposta à epidemia de acidentes de trabalho que, então, grassava no Brasil. A fim de que se aquilate a dramaticidade dessa realidade sanitária, extraímos dos registros da Previdência Social as seguintes informações: de 1970 a 1983 ocorreram 20.671.967 acidentes de trabalho, o que significava incidência média anual de 1.476.569 acidentes, e, no mesmo período, 52.126acidentados no trabalho faleceram em função dessa causa de morte evitável, sendo, assim, ceifadas a vida de 3.723trabalhadores e trabalhadoras por ano.

Gastão Wagner, médico sanitarista e professor titular de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Campinas,ao referir-se a adoção daquela política, afirma:

"E mesmo quando a situação se torna intolerável, explodem os números e o Brasil se torna campeão em acidentes de trabalho, a resposta articulada pelo próprio Estado, se dá principalmente através de assistência médica individual, a cargo das próprias empresas que fabricaram aquelas condições inadequadas ao trabalho salubre: é regulamentada a obrigatoriedade da criação dos Serviços de Medicina e Segurança do Trabalho, mantidos pelas empresas e com uma intervenção apenas indireta do poder público, quando da regulamentação da lei."

Tal cenário levou o mencionado Movimento da Reforma Sanitária e o movimento sindical, na década de 1980, a protagonizarem a concepção de política pública de saúde do trabalhador, inspirada no modelo à época vigente na Itália, objetivando a universalização da prestação de serviços de atenção integral ao conjunto dos trabalhadores no aparato de saúde público. Frisamos: atenção integral à saúde pressupõe a articulação da prestação de serviços de saúde nas suas dimensões individual (diagnóstico, terapêutica, recuperação e reabilitação) e coletiva (detecção da incidência de acidentes, doenças e intoxicações relacionados ou não ao trabalho, bem como a inspeção de ambientes, processos e condições de trabalhoem estabelecimentos laborais).

Concomitantemente, exerceu-se pressão política durante a realização da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) e uma nova perspectiva para a política de saúde do trabalhador resultou inserida na norma constitucional como atribuição do SUS.

Ressaltamos que, naqueles anos, coletivos dirigentesde uma série de sindicatos estabeleceram articulação, mediada por organizações políticas de esquerda, com profissionais compromissados com os interesses das classes trabalhadores e detentores de conhecimentos especializados em saúde de modo geral, e no campo de ação em Saúde do Trabalhador em particular. O processo de troca de saberes fruto dessa articulação, por um lado, instrumentalizava a militância sindical para melhor compreender problemas que, embora parecessem ser desvinculados da organização e do processo de trabalho, eram deles decorrentes. E, por outro lado, os profissionais passavam a ter conhecimento de estados de saúde dos trabalhadores e de condições ambientais e processuais de trabalho inaceitáveis, das quais, no entanto, somente épossível ter notícia ouvindo e interagindo com quem trabalha.

Contudo, apesar da constitucionalização do campo de ação em Saúde do Trabalhador, as classes dominantes brasileiras interditaram diretamente a implantação de nova política de saúde do trabalhador. Manteve-se a política patronal de

controle social da força de trabalho por meio tanto dos Serviços de Medicina e Segurança do Trabalhoque funcionam no interior de grandes e médias empresas, quanto – atentem – de planos e seguros de saúde privadosestimulados mediante a renúncia fiscal do Estado, cuja função também de controle da mão-de-obra dispensa maiores comentários. No caso do Serviço Público a lógica patronal permaneceu travestida na prática eminentemente pericial – no mais das vezes contrária aos interesses dos trabalhadores – dos departamentos de saúde do "servidor" de Municípios, Estados e da União. Naturalmente, é parte integrante de tal política patronal não se ocupar com osmuitos milhões de trabalhadores de pequenas empresas, do campo, do aparato administrativo de milhares de pequenos Municípios e com aqueles que estão na informalidade.

Na interdição política das classes dominantes brasileiras à implantação de nova política de saúde do trabalhador somou-se um interdito indireto, mas poderosíssimo, consistente na sonegação de recursos orçamentários para a organização do SUS, já no nascedouro do Sistema.

Neste ponto, precisamos enfatizar as razões da ação política do movimento sindical naquele período, articulando-se com intelectuais orgânicos da classe trabalhadora – o filósofo marxista Antonio Gramscidenomina assim profissionais compromissados com os interesses dos trabalhadores (políticos) e detentores de conhecimentos especializados (especialistas) – e osmovimentos sociais.

Tomando-se o País como um todo, conviviam empreendimentos privados e públicos de porte com razoáveis ou adequadas condições sanitárias, portanto, com pouca repercussão negativa na saúde dos trabalhadores, ao lado de uma multiplicidade de estabelecimentos, de portes os mais diversos, aos quais sequer se aplicava a constatação de Karl Marx em sua seminal obra O Capital: "O que poderia caracterizar melhor o modo de produção capitalista do que a necessidade de lhe impor as mais simples providências de higiene e saúde por meio da coação legal do Estado?"

Passadas três décadas o quadro sanitário do mundo do trabalho no Brasil, e no seu mais desenvolvido Estado,São Paulo, é bastante complexo. Coexistem doenças e acidentes decorrentes de inadequados ambientes e processos de trabalho conhecidos fazem séculos e que motivavam a luta dos trabalhadores e de suas organizações; patologias novas – do ponto de vista histórico – relacionadas ao trabalho (Lesões por Esforços Repetitivos – LER/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho – DORT); as cada vez mais sérias condições e ritmos de trabalho dos trabalhadores da saúde dos setores privado e público como determinantes de agravos à saúde – doenças, acidentes e intoxicações exógenas relacionados ao trabalho –; o trabalho infantil e do adolescente e até mesmo o trabalho escravo de famílias imigrantes detectado em dados centros urbanos do País e – nada mais preocupante! – o crescente adoecimento no campo da Saúde Mental relacionado ao trabalho em todos os ramos das atividades econômicas.

Chamamos atenção para os seguintes resultados da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com a colaboração do Ministério da Saúde, em 2013, que ilustram a complexidade das condições sanitárias do mundo do trabalho.

De acordo com a PNS a estimativa de acidentes de trabalho detectada em 2013, revelou a seguinte distribuição de pessoas com 18 anos ou mais de idade que referiram ter sofrido acidente de trabalho nos últimos 12 meses, excluídos os acidentes de trajeto: 4.948.000 no Brasil e 903.000 no Estado de São Paulo.

O número de acidentes de trabalho registrados na Previdência Social, em pessoas maiores de 16 anos, incluso os acidentes de trajeto, foram os seguintes: 717.911 no Brasil e 248.928 no Estado de São Paulo.

Ainda segundo a PNS estimou-se que do total de aproximadamente 156.000.000 pessoas com 18 anos ou mais de idade, 2,29% das pessoas referiram ter o diagnóstico de Lesões por Esforços Repetitivos – LER/ Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho – DORT dado por médico em 2013, totalizando no Brasil 3.568.095 casos de LER/DORT estimados para o período.

Passadas três décadas o Movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira consolidou-se institucionalmente no interior do SUS e originou novos equipamentos componentes da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, na qual são assistidos os trabalhadores e as trabalhadoras com transtornos mentais relacionados ao trabalho – o mais preocupante componente nosológico do quadro sanitário do mundo do trabalho no Brasil, destacamos.

De modo similar a concepção da política de saúde do trabalhador anteriormente abordada, a Reforma da Saúde Mental foi resultado da ação dos movimentos sociais de usuários, de trabalhadores e de seus intelectuais orgânicas, a partir do final da década de 1970, e inspirada nas experiências internacionais, principalmente a italiana, produziu uma mudança de paradigma: transitou-se de ummodelo manicomial privatista e excludente de tratamento para transtornos mentais, para um modelo de assistência e cuidado que valoriza o território e a comunidade objetivando, assim, respeitar a autonomia do indivíduo e os direitos humanos e possibilitar a inclusão social e o resgate da cidadania das pessoas marcadas pelo processo de sofrimento mental.

Por fim, em tempo de golpe de Estado perpetrado para retirar direitos das classes trabalhadoras, alienar a soberania nacional e alinhar de vez o Brasil como aliado menor e uma espécie de capataz dos Estados Unidos da América ao Sul do continente, o cenário sanitário aqui tratado exige intervenções de curto, de médio e de longo prazo, o que somente será possível se as classes trabalhadoras com o potente protagonismo do movimento sindical se organizarem e, tomando a história nas mãos, liderarem um bloco social e político que derrote definitivamente o golpismo conservador, reestabeleça uma ordem democrática de novo tipo e inaugure o desenvolvimento social, econômico e cultural na perspectiva democrático-popular e socialista. ★

Ricardo Menezes é médico sanitarista. Membro do Coletivo do Setorial Estadual de Saúde do Partido dos Trabalhadores de São Paulo. **Iris Maria da Silva** é psicóloga. Membro do Coletivo do Setorial Estadual de Saúde do Partido dos Trabalhadores de Pernambuco.

FRENTE BRASIL POPULAR

Balanço e perspectivas

Nas próximas páginas, militantes que integram diferentes organizações opinam sobre alguns dos temas em debate na II Conferência Nacional da Frente Brasil Popular, realizada nos dias 9 e 10 de dezembro de 2017.

Da nossa parte, consideramos que os motivos fundamentais que nos levaram a formar a Frente Brasil Popular seguem atuais: unificar os setores populares, progressistas, democráticos e de esquerda para – como diz o Manifesto ao Povo Brasileiro – "defender os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras"; "ampliar a democracia e a participação popular nas decisões sobre o presente e o futuro de nosso país"; "promover reformas estruturais para construir um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular"; e "defender a soberania nacional e a integração regional". Mais que isso, os últimos três anos comprovam o acerto de decidirmos criar a Frente Brasil Popular, que cumpriu e segue cumprindo um papel decisivo na luta contra o golpe e o golpismo.

É evidente que, no segundo semestre de 2017, as manifestações de massas e as paralisações tiveram menos força que no período anterior, por motivos que a Conferência fará bem em avaliar. Continua sendo necessário construir um calendário unificado de lutas em defesa dos direitos e pela revogação das medidas regressivas, sem o que não conseguiremos reconquistar o apoio da classe trabalhadora para derrotar o golpe. Além disso, é preciso mobilização e luta para derrotar as tentativas de golpe dentro do golpe, como a interdição de Lula, a instituição do parlamentarismo ou mesmo a suspensão das eleições. Neste sentido, somos de opinião que a Frente Brasil Popular deve se engajar na luta pelo direito de Lula ser candidato à Presidência da República.

Em 2018, serão travadas batalhas decisivas para definir os rumos estratégicos do país. Em qualquer cenário, devemos estar preparados para um longo período de lutas intensas, para as quais a nossa unidade será indispensável. Cabe esclarecer, entretanto, qual será o mínimo denominador comum desta unidade. Também cabe esclarecer qual será o funcionamento organizativo da Frente.

Todos sabemos que há diferentes posições programáticas, estratégicas e táticas no interior da Frente Brasil Popular, assim como são conhecidas diferenças acerca da amplitude da nossa política de alianças. Às vezes estas diferenças estão ocultas pelo uso de uma mesma palavra, utilizada para designar diferentes conteúdos. Por exemplo: o que significa dizer que a Frente Brasil Popular é "estratégica"? E o que significa dizer que ela deve ter maior organicidade?

De nossa parte, achamos que a melhor maneira de aprimorar a organização, o funcionamento e o caráter estratégico da Frente Brasil Popular é fazendo dela um instrumento capaz de impulsionar lutas sociais unificadas. O que exigirá um consistente movimento de organização de base da classe trabalhadora em locais de trabalho, bairros, escolas, universidades. Afinal, realizar paralisações, greves e mobilizações de massa nacionalmente e com direção política demanda alto grau de coesão e consciência de milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

Há quem subestime isto. Da nossa parte, achamos que se a Frente falhar nesta tarefa de organização e luta, todo o seu potencial estratégico se converterá em mera abstração. Se, pelo contrário, formos capazes de pegar este touro a unha, os problemas organizativos e os dilemas estratégicos serão mais facilmente resolvidos, sem que se convertam em batalhas abertas ou veladas entre diferentes (e legítimos) projetos partidários. ★

FRENTE BRASIL POPULAR

Unidade e luta para derrotar o golpe

Gleisi Hoffmann

A II Conferência Nacional da Frente Brasil Popular se reúne numa conjuntura em que é fundamental a unidade das forças populares e de esquerda no país. Temos pela frente as gigantescas tarefas de resistir à retirada de direitos por parte do governo golpista e seus aliados, defender a soberania nacional contra os entreguistas e reconstruir o processo democrático, por meio de eleições livres e democráticas, com participação de todas as forças políticas.

Apesar das duras derrotas que o campo popular sofreu no Congresso Nacional e da caçada judicial aos nossos partidos, movimentos e lideranças, especialmente contra o ex-presidente Lula, 2017 foi um ano em que conseguimos retomar a inciativa política, articulando ações conjuntas e grandes mobilizações. E a Frente Brasil Popular teve papel central neste processo.

O êxito das caravanas de Lula pelo Brasil é o símbolo mais claro desse novo movimento. Por onde passou, nos Estados do Nordeste e em Minas Gerais, Lula foi recebido por multidões entusiasmadas. Nos olhos das pessoas se percebia a esperança de que o Brasil volte a ser um país governado para a maioria da população, com desenvolvimento, emprego e justiça social.

As caravanas revelaram-se um fato político extraordinário, diante do massacre midiático que tenta varrer do cenário a alternativa popular, democrática e soberana que a candidatura Lula representa. Mostraram que estamos vivos, na luta e dispostos a enfrentar o golpe, sua continuidade e suas consequências nefastas para o país.

Desde então, alarmados também com as pesquisas que confirmam a liderança de Lula e projetam sua vitória em primeiro turno, a pauta dos golpistas e sua imprensa gira em torno da construção de um candidato capaz de enfrentá-lo nas urnas. Nesse esforço, expõem as divisões e contradições internas do golpismo, e a principal delas é que eles não têm um programa para superar a crise econômica, social e política em que mergulharam o país.

A Frente Brasil Popular participou ativamente das caravanas, num grande trabalho de mobilização. Da mesma forma, vem fortalecendo a luta contra a reforma da previdência e a retirada de direitos dos trabalhadores, pela soberania nacional contra a entrega do Brasil a interesses estrangeiros, pela retomada da democracia. São bandeiras que unem amplos setores da sociedade na luta contra a continuidade do golpe.

Em 2017 avançamos também na reconstituição do campo político de centro-esquerda, que vinha se esgarçando desde o processo eleitoral de 2014. PT, PSB, PDT e PCdoB formaram uma frente em defesa da Democracia e iniciaram os debates sobre a construção de um programa comum para o país. Em 28 de setembro, dirigentes das fundações dos quatro partidos realizaram um primeiro seminário sobre o tema em Brasília.

A esta iniciativa deve se somar o PSOL, que recentemente assinou, junto com o PT e o PDT, as representações que apresentamos à PGR, ao Cade e ao antigo Ministério das Comunicações, para que sejam investigadas no Brasil as denúncias de pagamento de propina pela Rede Globo no escândalo internacional da Fifa. A unidade de ação dos nossos partidos também assusta o campo golpista.

Consolidar e ampliar a unidade dos partidos e movimentos é o nosso desafio para 2018, pois não podemos ter ilusões diante dos adversários. Eles vão lançar mão de todas as armas para impedir que o povo brasileiro escolha livremente um governo popular, com legitimidade para revogar, por meio de plebiscito, as medidas tomadas para assaltar os direitos do povo e as riquezas da nação.

O arsenal dos golpistas é amplo: eles têm a mídia para defender o programa entreguista neoliberal e atacar nossas lideranças; têm um sistema judicial com setores partidarizados para criminalizar nossos partidos e candidatos; têm maioria congressual capaz de aprovar violentos casuísmos, como a adoção do parlamentarismo; e têm o poder econômico que patrocinou o golpe, a retirada de direitos e a venda do patrimônio nacional.

Está corretíssima, portanto, a bandeira da "Unidade e luta por Democracia, direitos e Soberania" que a Frente Brasil Popular levanta nesta II Conferência Nacional, porque é imensa a responsabilidade que temos com o país e com o povo brasileiro. ★

Gleisi Hoffmann é presidenta nacional do PT

FRENTE BRASIL POPULAR

Cultivar a unidade, fortalecer as lutas e projetar o futuro

Janeslei Albuquerque

O golpe de 2016, mais do que encerrar um período de conquistas para a maioria do povo brasileiro, com as políticas de inclusão social, de promoção de direitos e valorização do trabalho, encerra também mais um curto período de democracia, do ponto de vista da história brasileira.

As batalhas que travamos até o seu desfecho, especialmente a partir das eleições de 2014, nos informam hoje sobre uma nova dinâmica das forças de direita, socialmente organizadas e com muita unidade programática numa aliança economicamente liberal e politicamente conservadora. Mas informam também sobre uma nova dinâmica das forças de esquerda, articuladas unitariamente na crítica ao projeto neoliberal e na defesa da democracia como conquista da classe trabalhadora.

A Frente Brasil Popular é uma das expressões mais concretas dessa dinâmica da esquerda que foi capaz de impor resistência real à locomotiva do golpe, além de simbolizar um espaço de ampla unidade da esquerda frente a uma conjuntura que busca aniquilar nossas conquistas e organizações. Só por isso ela já deve ser saudada e essa unidade, cada vez mais, cultivada. Contudo, novos desafios se impõem à Frente e o sucesso no seu enfrentamento será definidor do seu futuro.

O primeiro desafio diz respeito à construção de um plano de lutas unitário e efetivo, de resistência às iniciativas do golpe, mas também que projetem as transformações que retomem o rumo da inclusão e da soberania e superem os erros e limites que permitiram o golpe. Nesse contexto, a Frente e o conjunto das organizações estão permanentemente desafiadas a inovar nas suas formas de luta e organização, de modo a construir cada vez mais uma mobilização dialógica e pedagógica capaz de significar resistência, mas também organizar o futuro.

Um segundo desafio, para uma Frente que tem como sua protagonista a luta social, diz respeito a uma organização efetiva desde a base. As experiências de luta contra o golpe e das lutas que travamos no primeiro semestre e nos levaram a uma das maiores greves gerais da história ensinam que a unidade se faz a quente, diante da luta concreta. Não apenas em torno das lutas gerais, como aquelas que viemos travando contra as reformas neoliberais, mas também em torno dos seus desdobramentos locais mais perversos, como o desmonte de políticas e serviços públicos vitais para o povo. Por isso a dinâmica de comitês territoriais e setoriais deve ser renovada com base na nossa agenda de lutas e na educação popular em torno dela.

Um terceiro desafio para o qual a Frente, por sua configuração e diversidade, se constitui como oportunidade é o da produção de sínteses da esquerda

que apontem para a retomada e o aprofundamento da democracia e para as reformas estruturais em favor do povo brasileiro. A Frente Brasil Popular tem o protagonismo do movimento social e sindical, mas não prescinde ou desconsidera o papel das organizações partidárias, ao contrário exige cada vez mais sua presença, engajamento e a renovação do seu compromisso com as lutas sociais e populares.

Diante dessa formidável diversidade é fundamental deixar nítido os parâmetros e objetivos desse trabalho de síntese programática e não sobrepor o papel e as iniciativas de cada organização, especialmente os partidos. O trabalho é o de convergir e refletir a partir do acúmulo das organizações, a exemplo das plataformas e resoluções produzidas pela CUT; dos programas partidários e iniciativas em curso com vista aos programas eleitorais de 2018; da contribuição da intelectualidade orgânica e progressista; e do acúmulo da própria Frente, manifesto no Plano Popular de Emergência. A Frente poderia assim se propor a atualizar as bases da nossa unidade, de uma agenda comum de resistência a um programa democrático e popular em torno das reformas e desafios fundamentais para projetar um futuro de superação do paradigma capitalista neoliberal de exclusão e desigualdade.

Esse conjunto de desafios só reforça o acerto da aposta na Frente e a necessidade fundamental de sua permanência. Para o conjunto da esquerda está colocada a tarefa imediata de derrotar o golpe, retomar a democracia e um programa de transformações sociais. Lutar pelo direito de Lula ser candidato, com um projeto avançado de transformações está na ordem do dia, compõe nossa unidade e mobiliza nossa central. O lugar da esquerda e a própria esquerda do próximo período será construído na luta do presente. Vida longa à Frente Brasil Popular!l. ★

Janeslei Albuquerque é professora e Secretária Nacional de Relação com os Movimentos Sociais da CUT.

FRENTE BRASIL POPULAR

Unidade necessária forjada pela luta

A FBP realiza sua II Conferência Nacional diante de uma conjuntura política adversa, mas com potencialidades para transformar a correlação de forças

João Paulo Rodrigues e Miguel Stédile

Não há dúvidas de que o ano de 2018 será não apenas decisivo, mas de intenso acirramento na luta de classes. Sem legitimidade popular, refém de um parlamento não menos impopular, o governo golpista tenta desesperadamente se reconciliar com o mercado, acelerando as retiradas de direitos que, por sua vez, agravam e acentuam a crise econômica. Ainda que vivemos uma das ondas mais conservadoras e excludentes de nossa história e, mesmo apoiado no poder midiático e financeiro, a direita não consegue concluir seu programa de saque dos recursos do Estado e dos bens da natureza. Antes protagonistas do golpe, sujeitos como a classe média e a República de Curitiba já sofrem o desgaste pela responsabilidade em parir o governo golpista. Será, portanto, um período ainda de ofensiva contra a soberania, os direitos e a democracia. E para enfrentá-lo, caberá as forças populares capacidade de luta e unidade.

É neste contexto adverso, mas de potencialidades, que a Frente Brasil Popular prepara sua II Conferência Nacional, nos dias 8 e 10 de dezembro, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema (SP), com o tema "Unidade e luta por Democracia, direitos e Soberania".

Surgida ainda em fins de 2015, a FBP ganhou protagonismo na luta contra o golpe e o impeachment, convocando e coordenando manifestações de resistência e de defesa da democracia. O processo de luta e mobilização forjou uma unidade na prática das organizações participantes, e não apenas retórica, o que se expressou ainda na construção do Plano Popular de Emergência, um conjunto de medidas para retomar o desenvolvimento e reestabelecer a democracia, avançando na solução de problemas concretos da sociedade brasileira.

Agora, a FBP tem a responsabilidade de construir o enfrentamento para uma das piores crises sociais, econômicas e políticas já vividas, fruto da própria dinâmica estrutural capitalista sob hegemonia do capital financeiro internacional, que tem no golpe sua maior expressão dos interesses deste capital.

Compreendendo a articulação entre o golpe e a crise estrutural capitalista é que a Conferência exigirá o estudo aprofundado tanto da conjuntura brasileira, quanto internacional, assim como também será momento de expressão de solidariedade com o povo venezuelano sob ataque deste mesmo capital financeiro e dos interesses estadounidenses.

Assim, a Conferência tem por desafio fortalecer esta unidade entre movimentos sociais, sindicais, partidos políticos, pastorais, artistas, juventude, negras, negros, LGBT's, povos tradicionais, trabalhadores e trabalhadoras, justamente através das lutas e mobilizações. Por isso, o Plano de Lutas para 2018, pontuado pela construção de uma meta-síntese político-organizativa da FBP, será um dos temas centrais da II Conferência.

Isso exigirá ainda a reflexão deste conjunto de organizações sobre os limites e desafios enfrentados para organização das lutas de massas, capazes de alterar e decidir a correlação de forças. Significa tanto identificar as bandeiras de lutas que unifiquem a classe, organizada ou não, com força suficiente para superar a apatia e o desinteresse das massas, bem como de construir outros métodos de participação e ação dos trabalhadores e trabalhadoras.

Essas reflexões incidirão ainda sobre o debate da natureza da Frente Brasil Popular, uma vez que são os desafios políticos que tem moldado a forma organizativa desta articulação. A frente deve estar aberta a organização e participação, tanto de organização como de indivíduos, ter tarefas comuns e metas organizativas que contribuam na sua consolidação. Importante neste processo aprofundar o enraizamento da FBP no maior número de cidades brasileiras e nos bairros das grandes cidades associado a um grande mutirão envolvendo toda a militância e lideranças populares numa metodologia de trabalho de base que debata as saídas para a crise, politize e motive a construção da FBP através dos comitês locais.

Da mesma maneira devemos nos projetar não somente em ser um protagonista no centro de agendas de lutas e ter um Plano Popular de Emergência, a FBP deve avançar em sua elaboração programática em direção a um projeto de país, em conexão com iniciativas similares em curso dentro do campo popular.

Mais do que o calor dos debates, será a capacidade de provocar o calor das ruas que definirá os rumos desta ferramenta, construída e forjada na luta. Em uma conjuntura tão adversa, mas ao mesmo tempo rica em potencialidades - justamente é este acirramento que permitirá avançar e aprofundar debates de projetos para o país – é que a Frente Brasil Popular tem diante de si a possibilidade de combinar a criatividade e a experiência acumulada pela esquerda para resgatar a democracia e a soberania sob bases populares.. ★

João Paulo Rodrigues e **Miguel Stédile** são dirigentes do MST

FRENTE BRASIL POPULAR

Desafios da Frente Brasil Popular

Leidiano Farias

Na perspectiva dos interesses históricos da classe trabalhadora uma frente é um instrumento político-organizativo fundamental para garantir unidade das forças populares tanto em momentos de defensiva estratégica, quanto em situações que possibilitam a retomada da ofensiva sobre os inimigos do povo.

A formação de frentes políticas de caráter democrático, nacional e popular é determinada por condições históricas específicas como se constata em diversos processos revolucionários ao longo do século XX. Quais foram, então, as contradições que favoreceram a construção da Frente Brasil Popular a partir de setembro de 2015?

A convergência de três contradições fez surgir uma nova situação política no país que rompeu o pacto neodesenvolvimentista e abriu caminho para o avanço da escada golpista, resultando no impeachment sem crime de responsabilidade sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016. São elas: os impactos da crise econômica sobre o Brasil, a ausência de um projeto político sob a hegemonia da classe trabalhadora que dirigisse os governos Lula e Dilma e os erros de condução na política econômica no segundo governo Dilma.

O golpe expressou a derrota de uma estratégia que buscava melhorar a vida do povo brasileiro sem efetivar as reformas estruturais e sem a construção de uma força social de massas que garantisse a hegemonia da classe trabalhadora. A ausência de uma estratégia de conquista do poder político e adesão a um certo republicanismo ingênuo que subestimou o caráter de classe do Estado foram determinantes para a viabilidade do golpe.

É neste contexto de derrota estratégica da esquerda brasileira e avanço do programa de restauração neoliberal que surge a Frente Brasil Popular. Esta iniciativa político-organizativa protagonizou os principais momentos de resistência ao golpe e reúne o que existe de melhor da vanguarda do campo democrático e popular. Um espaço dinamizado pelo movimento popular, partidos políticos, intelectuais (dentre outros) e que está contribuindo para a reoxigenação da esquerda brasileira.

A II Conferência Nacional da Frente Brasil Popular ocorre num momento de avanço da restauração neoliberal caracterizada por uma política de desmonte do estado brasileiro sem precedentes. O objetivo dos golpistas é realinhar o Brasil aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos, recuperar as taxas de lucro dos capitalistas acabando com direitos históricos dos trabalhadores e apropriar-se de recursos naturais como é o caso do petróleo da camada pré-sal. Por isso, seguem a todo vapor as políticas privatistas na Petrobrás e Eletrobrás. As reformas neoliberais avançam no Congresso Nacional e o governo golpista de Michel Temer corta drasticamente o orçamento para as áreas sociais.

Diante desta situação, onde os inimigos avançam sobre as conquistas históricas da classe trabalhadora, cabe à Frente Brasil Popular organizar uma eficiente defensiva estratégica que, por um lado, tenha como eixo central a defesa da soberania nacional e o restabelecimento da democracia. Para isso, é fundamental a eleição de um governo democrático e popular em 2018 que amparado no movimento de massas convoque uma Assembleia Nacional Constituinte que revogue as medidas golpistas e lance as bases de uma nova institucionalidade para o Estado brasileiro que permita avançar na construção de um projeto nacional. Neste sentido, a Frente Brasil Popular defender o direito de Lula ser candidato é defender a democracia e um passo importante para derrotar o golpe.

Por outro, a Frente Brasil Popular deve contribuir para reconstruir uma estratégia de poder para a esquerda brasileira, assim como para recolocar na agenda a necessidade de um projeto popular pautado na defesa do desenvolvimento nacional e em reformas estruturais que objetivem resolver os problemas fundamentais do povo brasileiro.

Para que a Frente Brasil Popular consiga avançar na concretização destas tarefas é fundamental enfrentarmos três desafios: retomar o movimento de massas, multiplicar seus comitês em todo o território nacional e dotá-la de um programa. O programa de emergência está sendo um importante ponto de partida para fazer o trabalho de base, debater os problemas nacionais com o povo e acumular para a construção de um projeto nacional.

Além disso, é importante colocar na agenda da Frente Brasil Popular a possibilidade de permitirmos o ingresso individual de militantes como forma de atrair milhares de lutadores para a luta popular. Acrescente-se ainda o desafio de aperfeiçoarmos os métodos de decisão, superando as formas decisórias pautadas exclusivamente no consenso.

Neste momento, a unidade em torno da Frente Brasil Popular é uma necessidade histórica. Reunir amplos setores que têm contradições com o golpe é uma tarefa urgente. Ela será consolidada no processo de ampliação da luta popular, na construção de convergências no debate estratégico e no fortalecimento da confiança política entre as organizações que a constroem. Não se trata de substituir o papel dos partidos políticos e dos movimentos populares. Pelo contrário, o fortalecimento dos partidos e movimentos populares é fundamental para o êxito e a vitória da Frente Brasil Popular. ★

Leidiano Farias é dirigente nacional da Consulta Popular

FRENTE BRASIL POPULAR

O caráter e os desafios da Frente Brasil Popular

Raimundo Bonfim

A Frente Brasil Popular foi oficialmente fundada em cinco de setembro de 2015, em Belo Horizonte (MG), com a participação de 2.500 lideranças de movimentos sociais e partidos políticos, com representações da maioria dos estados da Federação. Mas, na prática, já cumpria papel relevante na conjuntura de todo o ano de 2015.

As forças que viriam criar a FBP foram as mesmas que promoveram, no dia 13 de março de 2015, em todo o país, a primeira jornada de mobilizações em defesa do mandato da presidenta Dilma, contra o ajuste fiscal e o ataque aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

O mote da convocação da conferência que criou a FBP era "em defesa da democracia e por outra política econômica".

A defesa da democracia, porque as forças políticas que fundaram a frente tinha a percepção que a direita tinha decidido aniquilar o governo Dilma, como condição indispensável para a retomada da taxa de lucro do capital em crise.

E o anseio por outra política econômica demonstrava o descontentamento com a política econômica de caráter neoliberal adotada pelo ministro da fazenda Joaquim Levy.

Pode-de dizer que a Frente foi originalmente concebida ainda sobre o impacto das mobilizações de junho e julho de 2013, movimento que teve inicio com a bandeira de luta contra o aumento da tarifa de transporte, mas rapidamente foi capturado pelas forças de direitas contra o governo Dilma.

Naquele momento, tanto o governo, o PT e os movimentos sociais de esquerda ficaram atônitos com a situação. Nosso campo não deu resposta adequada ao movimento. Muitos apostaram que se tratava de apenas um movimento passageiro.

A CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais) naquela época já tinha desaparecido de cena.

Desde o final do segundo semestre de 2013,começaram as articulações com vista a se criar um espaço capaz de reunir partidos de esquerda e movimentos sociais, para dar resposta o avanço das forças de direita.

Logo após o segundo turno das eleições de 2014, mais precisamente no inicio de 2015, foi criado uma articulação composta por líderes de movimentos sociais e de partidos denominado de "Grupo Brasil", tendo como objetivo articular respostas unitárias.

Em setembro de 2015 nascia a FBP, composta por 65 entidades do movimento sindical, popular, estudantil, do campo e da cidade, partidos, personalidades, agrupamentos das mais diversas e representativas forças de esquerda e do campo democrático do país.

Vale ressaltar que o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e outros agrupamentos,que no final de 2015 criaram a Frente Povo Sem Medo, foram convidados a se unir na FBP.

Não aceitaram com o argumento de que se tratava de uma iniciativa "chapa branca" e sob hegemonia petista. Também se colocaram contrários a participação de partidos na composição de frentes, embora a maioria dos agrupamentos internos do PSOL viessem a compor a Frente Povo Sem Medo, sendo o próprio MTST fortemente hegemonizado pelo partido.

A articulação e fundação da FBP ocorrem num momento de acirramento da lula social, logo após a uma disputa eleitoral bastante radicalizada e imediatamente iniciado um movimento que culminou com o afastamento da presidenta Dilma.

Não dá para negar que a FBP se constituiu e realizou importantes mobilizações numa conjuntura extremamente complexa, pois ao mesmo tempo teve que, de um lado, defender a democracia denunciando o golpe e o ataque aos direitos sociais, naquele momento liderado pela Câmara dos deputados; de outro, se colocar contra o ajuste fiscal e a política econômica do governo Dilma.

A frente congrega partidos e entidades representativas como o PT, PC do B, PCO, UNE, MST, CUT, CTB, CMP, Levante Popular da Juventude, Marcha Mundial das Mulheres, entre outros.

A frente tem, como se percebe, um caráter bastante amplo e diversificado, o que nos obriga a administrar as decisões internas de forma compartilhada e praticar ao máximo a democracia.

A unidade de todas as forças tem sido fundamental para o sucesso da nossa ação.

Sem desmerecer outras iniciativas, a FBP é hoje, o polo mais importante e representativo do campo da esquerda democrática do Brasil. Está organizada em todos os Estados da Federação, no Distrito Federal e espalhada por centenas de municípios brasileiros.

Esse texto foi escrito dias antes do início da II Conferência Nacional da FBP, realizada nos dias 9 e 10 de Dezembro de 2017, na Escola Nacional Florestan Fernandes, no município de Guararema-SP.

Além da análise da conjuntura internacional e nacional, as duas questões principais que serão objeto de debate dizem respeito ao caráter da FBP e sua

FRENTE BRASIL POPULAR

forma de organização.

Quanto à questão do caráter me parece que podemos afirmar que existem no interior da FBP duas correntes de pensamento. Uma é que a FBP tem que ser tática e não estratégica. De acordo com essa corrente cabe à frente o papel de tão somente organizar mobilizações de ruas em defesa da democracia, reivindicações especificas e lutar contra a retirada de direitos, não cabendo, portanto o papel de elaborar e disputar um projeto político para o país; essa tarefa cabe aos partidos.

A outra corrente defende que a frente seja dotada de um caráter estratégico, sem que isso negue o papel preponderante dos partidos políticos na luta pela tomada do poder.

Segundo essa corrente, a qual eu me associo, a frente não pode se restringir apenas a organizar mobilizações de ruas a partir de temas conjunturais, ela tem que elaborar um projeto político que aponte as soluções para sairmos da atual crise e também retome o debate sobre a formulação de uma estratégia, um programa e táticas capazes de envolver e atrair a classe trabalhadora para uma luta política que tenha a construção do socialismo como objetivo central.

No que se refere à questão organizativa, penso que depende do caráter que daremos. Se for tática, apenas para mobilizações, não há necessidade e também não acredito que tenha muita gente com disposição de dedicar tempo e energia na construção de comitês municipais e regionais da frente, país a fora.

Se for estratégica é muito provável que uma parcela importante dos militantes dos movimentos sociais e dos partidos se dedique não só a construção de comitês, das lutas de massas, mas também participe ativamente do debate programático com vista à elaboração de um projeto político para o país, obviamente considerando os paradigmas de experiências anteriores.

Outra questão candente é se admitimos ou não a participação individual nas instâncias da frente. Com relação a essa polêmica, me parece ser fundamental um debate mais profundo, posto que até o momento a filiação individual é um expediente usado pelos partidos políticos, e não pretendemos transformar a frente em um partido político.

É verdade que temos de encontrar maneiras e métodos de atrair a militância e pessoas que não tem vínculo com entidades dos movimentos sociais e partidos, mas não necessariamente através de filiação individual. Não é correto darmos a mesma representatividade a quem representa uma entidade ou partido e um cidadão que representa a si mesmo. Por outro lado, não podemos ter representação de primeira e segunda categoria.

Defendemos o caráter estratégico para a FBP. Do contrário, aos poucos vai se esvaziar e caminhar em direção ao mesmo fim que teve a CMS. Não há disposição para construir um espaço que se preste apenas a compilar o calendário de cada segmento ou entidade, como tem ocorrido nesse segundo semestre, marcado por baixa mobilização.

Portanto, a FBP deve, no médio e longo prazo, se dedicar a elaboração programática com vista à construção de um projeto da classe trabalhadora, que enfrente a concentração do poder, renda, as desigualdades sociais, o machismo, o racismo e a homofobia.

Um projeto que passa, necessariamente, pelas reformas política, tributária, dos meios de comunicação, urbana, educacional e agrária.

Em curto prazo, deve articular e liderar grandes mobilizações de ruas. Para tanto precisamos criar os comitês locais aglutinando os trabalhadores (as), os setores de esquerda, populares e democráticos como condição indispensável à defesa dos direitos da classe trabalhadora, da democracia, dos direitos sociais e da soberania nacional, atualmente sob forte ataque do capital internacional e das forças de direita e do bloco político conservador que tomou o país de assalto.

Como se percebe, os desafios políticos, programáticos e organizativos da frente são complexos, requerendo, portanto, antes de tudo, definir qual o caráter da FBP, para que não dediquemos tempo e energia em vão. ★

Raimundo Bonfim integra a coordenação da Central de Movimentos Populares (CMP/SP) e a Secretaria Operativa nacional da Frente Brasil Popular

FRENTE BRASIL POPULAR

União do povo por mudanças estruturais

José Reinaldo Carvalho

Ao final de um ano atribulado, marcado por imensos retrocessos no país e continuadas derrotas das forças democráticas e progressistas, a Segunda Conferência Nacional da Frente Brasil Popular (FBP) é acontecimento auspicioso. Seu êxito corresponderá ao avanço das lutas pela concretização das profundas aspirações do povo brasileiro por democracia, justiça, progresso social e soberania nacional.

A conferência da FBP poderá mesmo alcançar repercussão entre as forças progressistas no plano internacional, num quadro em que se forma nova configuração política, em meio ao aprofundamento da crise sistêmica do capitalismo, à exacerbação de conflitos e à ofensiva do imperialismo contra os povos.

Esta ofensiva põe objetivamente na ordem do dia a necessidade de fortalecer a luta política no âmbito internacional e vincar ainda mais o caráter solidário, internacionalista e anti-imperialista das forças políticas e sociais progressistas brasileiras, apoiando as iniciativas em defesa da paz mundial, da integração soberana da América Latina, da autodeterminação das nações, do desenvolvimento soberano com justiça social, do direito internacional, da democratização das relações internacionais. Cada vez mais é necessário compreender que a causa nacional é parte indissociável da luta anti-imperialista. A FBP pode jogar papel importante nessa direção.

O Brasil vive uma conjuntura marcada pelo golpe de Estado antidemocrático e antinacional de 2016.

O golpe instituiu não apenas um novo governo com prazo em outubro de 2018, quando estão marcadas as eleições gerais para a Presidência da República, Congresso Nacional, governos e assembleias estaduais. Rigorosamente, o golpe de 2016 estabeleceu um novo regime político, que, como todo regime reacionário, consoante as intenções e objetivos das forças que o criaram, vem com a pretensão de permanecer.

O regime tem acentuado caráter de classe e antinacional. Implementa afanosamente uma agenda restritiva aos direitos do povo e à soberania do país. Está em curso uma contrarreforma política e econômica, pela qual se promove a regressão antidemocrática do Estado brasileiro; a liquidação de conquistas sociais; a venda do país; a abertura total ao capital financeiro internacional; as negociatas para abrir o solo amazônico aos apetites das grandes mineradoras internacionais, o que atenta não só contra a soberania nacional como contra o equilíbrio ambiental; o retorno às privatizações; a submissão aos ditames do capital monopolista, com o qual assumiu o compromisso de promover a derrogação de leis que hoje asseguram os direitos sociais e trabalhistas; o retrocesso civilizacional, realizando os ditames de grupos obscurantistas, promovendo ataques a conquistas no âmbito da convivência social, dos direitos civis e dos direitos humanos.

Assim, estão em liquidação uma a uma as conquistas alcançadas pelos governos liderados pelos ex-presidentes Lula e Dilma. O regime golpista elimina os direitos do povo, mutila a democracia, arremete contra os movimentos sociais, ensaia a modelagem de um sistema político elitista e excludente, aliena a soberania nacional, revoga consagrados princípios da política externa, transforma o país num anão diplomático em face das potências imperialistas, um algoz dos países que lutam por sua autodeterminação, e pratica uma política econômica ruinosa para a maioria da população. Condena a nação ao deprimente papel de economia subalterna e colonizada pelo capital monopolista e financeiro internacional.

O regime golpista busca realizar o acerto de contas com as forças que antes ocupavam o centro da vida política. Ataca com inaudita agressividade o presidente Lula tentando condená-lo judicialmente e afastá-lo da disputa eleitoral de 2018, arremete contra o movimento sindical e busca golpear o conjunto das forças de esquerda. Estas não podem nem devem subestimar a gravidade da ofensiva, que é uma clara indicação das dimensões dos novos desafios.

No momento em que ocorreu, o golpe obteve o consenso do conjunto da burguesia monopolista-financeira, da grande indústria e das grandes redes de comércio, dos latifundiários, dos meios de comunicação, dos setores abastados, enfim, do conjunto das classes dominantes brasileiras reacionárias. Todas as organizações patronais publicaram declarações formais e solenes a favor da destituição da presidenta Dilma. Não se pode deixar sem registro tampouco que no momento do golpe mancomunaram-se todos os partidos da

FRENTE BRASIL POPULAR

Foto: Paulo Pinto

direita, da centro-direita, do centro e até de setores que se autoproclamam de centro-esquerda.

Transcorrido já mais de um ano desde o golpe, diversos fatores desencadearam graves contradições no seio das classes dominantes e suas representações políticas: a desmoralização do governo Temer, a generalização das denúncias de corrupção envolvendo os grandes partidos golpistas e suas lideranças, a exacerbação de poderes do Ministério Público e do Judiciário, o aprofundamento da crise econômica, o pleno esgotamento das instituições políticas. Os fatos atuais revelam acerbada luta entre os bandos golpistas, estando em curso vários golpes dentro do golpe, em que cada uma das facções das classes dominantes incrustadas nos poderes de Estado pretende impor-se às demais, sempre em detrimento dos interesses do povo brasileiro, dos trabalhadores e da soberania nacional. Tais divisões se manifestam mais intensamente entre as pré-candidaturas dos partidos de direita e centro-direita à Presidência da República.

As forças do campo democrático e popular não devem nutrir qualquer ilusão quanto a essas facções, mas mobilizar o povo, unir-se e construir a frente ampla dos setores democráticos, populares, progressistas e patrióticos.

No quadro atual, emerge para o lugar primordial na ação das forças de esquerda a luta política de massas, a organização política popular, o fortalecimento político das organizações dos movimentos populares e sindicais, a consolidação da Frente Brasil Popular.

A tarefa prioritária é a construção da unidade das esquerdas e dos movimentos populares, a convergência programática e de ações entre partidos políticos e movimentos sociais, de que a Frente Brasil Popular (FBP) é um dos mais importantes núcleos. A perspectiva da esquerda deve ser a de constituir uma frente ampla, como instrumento para a resistência e a luta, para unir todas as forças suscetíveis de serem unidas na defesa da democracia, dos direitos do povo, do progresso social e da soberania nacional, em torno de um programa comum que aponte a perspectiva de acumular forças para realizar mudanças estruturais.

O Brasil necessita da união do povo, de uma frente progressista que construa a hegemonia do campo democrático-popular e anti-imperialista. Esta deve evitar qualquer tipo de adaptação à ordem neoliberal e conservadora. O pressuposto é a oposição sem tréguas ao regime da aliança golpista e suas bases de sustentação política.

Vivemos uma correlação de forças ainda desfavorável, mas há motivos de confiança no futuro. O povo está descontente, a Frente Brasil Popular prossegue no caminho da busca e construção da unidade e da convergência entre diferentes correntes de opinião, partidos políticos e organizações sociais. Mesmo que por caminhos tortuosos, desperta a consciência democrática e a capacidade de luta de milhões de brasileiros que aspiram à democracia, à justiça social e à soberania nacional, aos direitos humanos, à boa governança, à vida culta e a elevados padrões civilizacionais.

As forças do movimento democrático e popular têm uma energia acumulada cujo desenvolvimento terá uma dinâmica própria até se transformar na força motriz da realização das transformações de fundo inadiáveis, que o Brasil está a exigir. A Frente Brasil Popular está chamada a desempenhar um papel destacado nessa caminhada.

São falsos os chamados para evitar a polarização do país. Mais polarização, mais luta de massas, mais nitidez programática é de que precisamos. A frente será tanto mais ampla quanto for de luta e constituir-se como um polo no enfrentamento imediato e em perspectiva às forças neoliberais e conservadoras. ★

José Reinaldo Carvalho, jornalista, membro do Comitê Central do PCdoB, editor do sítio Resistência (www.resistência.cc)

A Petrobrás vale a luta

Nesta entrevista, o petroleiro potiguar Luiz Carlos fala sobre o PT no governo e explica as razões pelas quais devemos investir esforços na defesa da Petrobrás no Rio Grande do Norte

Página 13. O PT é bom de governo?

Luiz Carlos. Sim, o PT é bom governo, as experiências de gestão em grandes, médias e pequenas cidades, em grandes e pequenos estados, mostraram isso. Quantas ações exitosas foram introduzidas na gestão pública do Brasil pelas administrações do PT? Do orçamento participativo as ações afirmativas de participação popular? Inúmeras! No governo central não há necessidade de enumerar os acertos, mas, evidenciar os resultados, principalmente os que trouxeram novas oportunidades de inserção social a uma legião de desesperançados. Os erros? Ocorreram e não foram poucos. Todavia, ocorreram quando nossos gestores, seja qual for a esfera em que atuaram, esqueceram os princípios basilares do Partido e da administração pública e caíram no canto da sereia dos privilégios e da acomodação, esquecendo o contato, inquietante e muitas vezes incômodo, com as bases e falseando o controle social. Hoje, depois de todo o processo de expiação que sofreu, o PT tem o acúmulo necessário para enfrentar novos desafios de governo, por mais difícil que seja a condição de financiamento do Estado, com grandes chances de fazer as transformações necessárias para conduzir a população a um nível mais elevado de consciência social, o que é fundamental para que as mudanças implementadas não sejam destruídas e tudo não passe de um "voo de galinha".

Se Fátima for eleita governadora como fica o senado?

A vaga da senadora Fátima será ocupada por um suplente que será uma incógnita. Trata-se de um quadro que nunca teve, nem tem vida partidária. A princípio deverá comportar-se como a maioria dos membros do Congresso Nacional: atuará de acordo com a maré, se o Governo estiver forte está junto, se estiver fraco buscará novos afetos. Na verdade, sempre buscando atender os seus interesses pessoais. Para o PT é mais uma lição, ter mais acuidade é fundamental quando fechar alianças e/ou introduzir nos seus quadros pessoas que não têm histórico de lutas, em detrimentos dos bons quadros forjados ao longo do tempo.

Dá para salvar a Petrobras?

A Petrobras enquanto corporação nunca esteve em situação de risco, o que está em discussão é quem fará a gestão e lucrará com os imensos ganhos do setor petróleo, se o setor público ou a iniciativa privada, principalmente agora com o advento do pré-sal. Temos a maior fronteira petrolífera descoberta nos últimos trinta anos em todo o mundo, petróleo produzido a um custo em torno de US$ 8, quando o preço no mercado está US$ 62, com viés de alta. A Petrobras, uma empresa de economia mista, deixou, no governo FHC, de ter a maior parte do total das ações sob o controle do governo, apenas as ações ordinárias que dão direito a voto permaneceram sob controle governamental. Juntando as ações preferenciais e ordinárias o governo ficou, até 2010, quando ocorreu a mega capitalização, com apenas 40% do total. A partir daí esse percentual elevou-se para 48% do total e 64% das ações ordinárias que dão direito a voto e definem o controle da empresa.

> "Antes mesmo do advento do golpe, uma campanha intensa nos meios de comunicação, aliados da Operação Lava Jato, tentava de todas as formas desacreditar a Petrobras como capaz de conduzir os investimentos necessários para operar o mega campos do pré-sal."

Antes mesmo do advento do golpe, uma campanha intensa nos meios de comunicação, aliados da Operação Lava Jato, tentava de todas as formas desacreditar a Petrobras como capaz de conduzir os investimentos necessários para operar o mega campos do pré-sal. Utilizando-se de uma fase de queda brutal dos preços dos petróleos causada pelas disputas entre os EUA e os países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), em razão da produção do óleo de xisto em larga escala nos Estado Unidos.

Com o golpe, uma das primeiras iniciativas foi exatamente, a pretexto de desafogar a Petrobras, votar no Senado um projeto do senador José Serra, desobrigando a Petrobras de participar como operadora em todos os campos do pré-sal, condição sine qua non para o regime de partilha, no qual o governo fica com parte da produção dos campos. Mais recentemente, o governo revogou a lei de conteúdo nacional, que obrigava a Petrobras a adquirir bens e serviços com pelo menos 65% de conteúdo local. Aliado a tudo isso veio a isenção de tributos que pode acarretar nos próximos 20 anos uma renúncia fiscal de 1 trilhão de reais, que beneficia a Petrobras, mas tem endereço certo:

as petroleiras estrangeiras que adquiriram campos no pré-sal e nas áreas periféricas do pré--sal no último leilão realizado pela ANP (Agência Nacional de Petróleo). Não é só isso, o governo também determinou uma predatória sequência de venda do patrimônio nacional, através do que eles chamam de desinvestimentos para diminuir a "dívida" da Petrobras, que incluem desde a principal subsidiária, a BR Distribuidora, que é a maior rede de postos do Brasil, principalmente nas regiões mais carentes, até os campos terrestres e marítimos do RN. Apenas nos campos terrestres, a perda de faturamento anual chega a mais de 1 bilhão de reais para a Petrobras. Tudo isso tem uma reação em cadeia negativa para a frágil economia do nosso Estado.

> **"O ataque a Petrobras é nacional e desta forma a reação também é nacional. As federações e seus sindicatos combinam a luta institucional, realizando ações nos parlamentos, com a luta das ruas."**

Dá para reverter? Com certeza, contudo, passa por luta organizada que levará a população, atingida brutalmente pela diminuição das atividades da Petrobras e pela elevação sem precedentes dos preços dos combustíveis, incluindo o preço do bujão de cozinha, entender que foi vítima de um golpe que, longe de resolver os nossos problemas, os intensificaram e tendem a apertar mais o cinto, principalmente das faixas mais vulneráveis da população brasileira. O ataque a Petrobras é nacional e desta forma a reação também é nacional. As federações e seus sindicatos combinam a luta institucional, realizando ações nos parlamentos, com a luta das ruas. No RN, mais especificamente, no dia 15 de setembro, ocorreu na Câmara Municipal de Natal, por inciativa do mandato da vereadora Natália Bonavides do PT, uma audiência pública em defesa da Petrobras, que resultou na criação da frente nordestina em defesa da Petrobras. Uma série de audiências deverão ocorrer nos municípios produtores de petróleo do RN. A próxima será em Mossoró. O Sindipetro e a Associação dos Aposentados têm realizado atos de rua e seminários para conscientizar a população e também os próprios petroleiros/as, uma vez que, visando a privatização da Petrobras, sem mais nem menos surgiu a necessidade de se fazer uma recomposição das contribuições do plano de previdência complementar da Petrobras, que causará, se implementada, uma elevação em 30% das contribuições.

Vale a pena ser petista?

O PT foi e continua sendo o maior instrumento de afirmação da classe trabalhadora brasileira. Sem o PT, milhões de brasileiros não teriam como fazer o debate político sobre o seu destino. Sofre as mazelas de um povo que viveu 20 anos sob um regime de ditadura declarada e ainda hoje uma ditadura ideológica controlada pelos grandes meios de comunicação. É sofrido, é dolorido, algumas vezes frustrante. Mas, é desafiante, e o resultado acontece, não o planejado em sua totalidade, mas o possível dentro das condições. Por isso tudo, vale a pena! ★

Luiz Carlos

Petroleiro, militante do PT no Rio Grande do Norte, formado em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, integra o diretório municipal de Natal e é pré-candidato a deputado estadual.

Fala Bona

Nesta entevista ao Página 13 Natália Bonavides, vereadora pelo PT de Natal-RN, fala sobre os desafios para eleição de Lula em 2018, governabilidade, as perspectivas eleitorais do PT no Rio Grande do Norte e sobre ser militante petista

Página 13. O que fazer e o que não fazer para que Lula seja de novo presidente?

Natalia Bonavides. Eleger Lula presidente é uma tarefa central da esquerda brasileira em 2018. A retomada do governo federal é a forma que temos de – no curto prazo – agirmos institucionalmente no sentido de reestabelecer e ampliar direitos da classe trabalhadora e dispor de um instrumento poderoso - o governo federal - para fazer disputa política, ideológica e cultural junto ao povo.

Em 2018 não podemos funcionar com a mesma orientação que baseou as alianças eleitorais desde 2002. O golpe é um marco na política nacional e não pode ser minimizado ou "perdoado" em busca de alianças eleitorais que nos desmoralizem e nos enfraqueçam frente à classe trabalhadora.

Desde 2015, denunciamos a possibilidade do golpe e apontamos os erros do segundo governo Dilma e do Partido que facilitavam que o golpe ocorresse. Por exemplo, a nomeação de Joaquim Levy como ministro da Fazenda e o grande erro de o 5º congresso partidário de não ter se posicionado contra a política econômica que estava sendo implementada naquele momento.

Não deu em outra: o golpe aconteceu e, junto com ele, vieram a retirada de direitos da classe trabalhadora, a restrição às liberdades democráticas, a criminalização dos movimentos sociais e da esquerda em

> O golpe é um marco na política nacional e não pode ser minimizado ou "perdoado" em busca de alianças eleitorais que nos desmoralizem e nos enfraqueçam frente à classe trabalhadora.

geral, o desprezo pela soberania nacional. Esses são traços marcantes do governo golpista e que devemos combater enfaticamente.

Nesse cenário, para eleger Lula presidente a esquerda precisa dar um giro na estratégia implementada e na forma como funcionamos nas últimas décadas. A conciliação de classes precisa ser deixada, qualquer aliança tática deve ser baseada em acordos programáticos e deve ocorrer fora do espectro golpista.

Devemos dedicar as nossas melhores energias a recuperar apoio para o PT e para a esquerda na classe trabalhadora, fazer um grande esforço para fortalecer as nossas organizações políticas e entender de uma vez por todas que Lula deverá ser presidente ancorado em uma forte base social que lhe dê sustentação, com luta social, organização na base e forte trabalho de disputa ideológica e cultural na sociedade.

E a governabilidade? Institucional, social ou ambas?

É óbvio que não desprezamos a necessidade de se buscar construir a governabilidade institucional.

No entanto, para 2018, é necessário termos em mente que o desafio da construção de uma forte governabilidade social está posto, mais do que nunca.

Acredito que, mesmo antes do golpe, já pode ser considerado que o PT cometeu um erro ao conquistar o governo federal e não ter dedicado maiores energias à construção de uma forte base social que compusesse a nossa governabilidade.

Após o golpe, fica ainda mais evidente o quanto é frágil a tal governabilidade institucional que foi construída ao longo dos quase quatro mandatos presidenciais que tivemos: a suposta maioria congressual que tínhamos foi dissolvida de forma rápida e fácil quando outros interesses se impuseram.

Diante disto, acreditamos que a governabilidade precisa ser formada a partir de acordos programáticos mínimos e, portanto, a sua construção deve vir acompanhada do trabalho junto à classe trabalhadora, sob pena de ficarmos reféns de disputas por trocas de cargos e conchavos que não se alinham com o tamanho das transfor-

mações que pretendemos fazer no Brasil.

Dá para a esquerda potiguar eleger um representante na Câmara dos Deputados?

O Rio Grande do Norte encontra-se diante de uma grande oportunidade no que diz respeito às possibilidades eleitorais da esquerda e, consequentemente, de transformação da vida do povo potiguar.

A eleição de Fátima Bezerra para o Senado em 2014 foi uma vitória histórica que colocou a primeira representante de origem popular - mulher e professora - para ocupar uma cadeira no Senado pelo nosso estado, cadeiras que até então sempre tinham sido ocupadas por representantes dos ricos e das famílias tradicionais.

No entanto, com a eleição de Fátima para o Senado, ficamos sem representação de esquerda na Câmara Federal, uma vez que a coligação formada naquele momento, que incluía PSD e PP, elegeu 2 deputados federais, nenhum deles petista. E ambos alinhados ao golpe, ressalte-se. Assim, em razão dessa tática equivocada, o PT deixou de eleger um deputado federal em 2014.

A atuação de Fátima como senadora colocou-a em condições de disputar o governo do Rio Grande do Norte. As pesquisas e o nosso constante diálogo com a população têm mostrado que estamos diante da possibilidade real de eleger a primeira petista para o governo do nosso estado. Está posta também a possibilidade de recuperarmos uma cadeira na Câmara dos Deputados.

Para isto, o PT precisa construir sua tática eleitoral com bastante atenção para o novo cenário pós-golpe e entender que o sentimento da população é de não eleger quem é responsável pela brutal retirada de direitos que veio junto com o golpe.

Senadora Fátima Bezerra PT-RN

"A atuação de Fátima como senadora colocou-a em condições de disputar o governo do Rio Grande do Norte. As pesquisas e o nosso constante diálogo com a população têm mostrado que estamos diante da possibilidade real de eleger a primeira petista para o governo do nosso estado."

Devemos montar uma chapa forte, representativa em termos regionais e de atuação política e militante, pois assim teremos como oferecer ao povo do Rio Grande do Norte um leque de opções alinhadas com a retomada do crescimento e com a recuperação dos direitos que estão sendo retirados pelo golpe.

É dessa forma que avaliamos o cenário aqui no Rio Grande do Norte e, nesse contexto, apresentamos o nosso nome como pré-candidata a deputada federal, por entendermos que a disputa da Câmara Federal será central numa eleição polarizada e cuja pauta principal para a esquerda será o debate sobre a revogação do desmonte de direitos que o golpe impôs.

Vale a pena ser petista?

Essa é uma pergunta interessante e muito necessária de ser respondida em tempos tão duros como este que estamos vivendo.

Na minha opinião, vale muito a pena ser petista. E vale a pena justamente pelo fato de o PT ser o partido que possui maior inserção e influência na classe trabalhadora e naqueles e naquelas que dedicam as suas vidas a transformar este mundo em algo melhor, menos desigual, sem opressão e exploração. O PT é o mais forte instrumento na engrenagem da transformação das estruturas de exploração da classe trabalhadora e é por isso que não bastou dar o golpe - a direita precisa e quer destruir o nosso Partido.

Eu sempre conto por aí como foi que decidi me filiar ao PT: eu comecei a ser militante no movimento estudantil da UFRN e, por onde eu andava - reuniões, atos, articulações em prol dos direitos humanos, dos estudantes, no movimento de luta pela terra, no movimento dos atingidos pelas obras da Copa -, eu encontrava petistas. Eu encontrava sobretudo referências, inspiração e força para me forjar militante.

O PT tem problemas, contradições, cometeu e continua cometendo muitos erros. Mas a ira e violência com que a direita trabalha para nos destruir só nos mostra a cada dia o quanto devemos nos dedicar e lutar para preservar e fortalecer o PT.

Vale a pena lutar, vale a pena agir concretamente pela transformação da sociedade. Por tudo isto, vale muito a pena ser petista! ★

Natália Bonavides

É vereadora pelo PT em Natal/RN e pré-candidata a deputada federal.

As eleições 2018 em solo potiguar

Gilderlei Soares

O estado do Rio Grande do Norte enfrenta graves problemas nas áreas de saúde, educação e segurança pública, agravados com a situação constante de atrasos no pagamento dos servidores públicos, que se estende desde 2016. Esses problemas refletem o histórico de administrações conservadoras e oligárquicas que sempre estiveram nos governos estaduais, sem nunca procurar implementar medidas que enfrentassem de fato nossas debilidades estruturais. O Rio Grande do Norte sempre foi governado como um balcão de negócios para esses setores.

O atual governador Robinson Faria (PSD), mesmo com um alto índice de reprovação de sua gestão, procura criar as condições para um projeto de reeleição em 2018.

Carlos Eduardo (PDT), prefeito de Natal, é outro nome que se articula para a disputa do governo estadual. Para isto ele deverá ter o apoio dos senadores Garibaldi Alves (PMDB) e José Agripino (DEM).

Além desses grupos, o ex-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cláudio Santos, sinaliza a possibilidade de disputar o governo e os setores empresariais do estado também procuram viabilizar um nome orgânico para apresentar à disputa.

Neste cenário, já temos a possibilidade de quatro nomes representantes das elites conservadoras do nosso estado. Diante disto, caberá ao Partido dos Trabalhadores apresentar candidatura própria que represente os interesses da classe trabalhadora potiguar. Será o momento de reposicionar o PT. Depois de três eleições estaduais consecutivas sem apresentar candidatura própria ao governo estadual (2006, 2010 e 2014), o partido deverá retomar seu projeto de governar o estado do Rio Grande do Norte.

> "É notório o sentimento da militância petista e da população do estado pela candidatura da senadora Fátima Bezerra ao executivo estadual. O reflexo disto é sua liderança em todas as pesquisas realizadas até o momento."

A tarefa é desafiadora, na medida que o estado se encontra com sua capacidade de financiamento bastante comprometida, o que contribui para a precariedade dos serviços públicos essenciais à população.

Se os problemas não são de fácil solução, podemos afirmar que o Partido dos Trabalhadores atualmente possui as melhores condições de construir uma alternativa de governo que retire o Rio Grande do Norte do caos político e administrativo que se encontra, ampliado devido as ações do atual governo, aliado ao governo golpista federal, e ao passado de administrações de grupos políticos que sempre trataram o governo estadual como instrumento de manutenção de suas famílias no poder.

No mês de novembro de 2017 o PT realizou vários seminários regionais, visando debater propostas que possam canalizar a elaboração de um programa de governo que implemente um modelo de gestão diferente, com planejamento estratégico e inovador, respeito e valorização dos servidores estaduais, que priorize a busca por soluções reais para os atuais problemas de saúde, educação e segurança, sabendo aproveitar as potencialidades de cada região do estado.

Do ponto de vista político, uma candidatura petista, além de representar uma alternativa ao governo estadual, deve ser um instrumento de defesa do PT e da candidatura do companheiro Lula para presidente.

Entre os quadros petistas no Rio Grande do Norte, a companheira Fátima Bezerra tem todas as condições para ser a representante do partido para a disputa desse projeto estadual. O partido também possui quadros com qualidades para disputar vaga no senado, na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa do estado.

É notório o sentimento da militância petista e da população do estado pela candidatura da senadora Fátima Bezerra ao executivo estadual. O reflexo disto é sua liderança em todas as pesquisas realizadas até o momento. Relembrando o slogan de quando a atual senadora foi candidata à prefeitura de Natal em 1996: "Só tem ela para mudar".

O partido deverá construir chapa proporcional própria, que represente amplos setores da sociedade (mulheres, jovens, negros e negras, LGBTs, representantes dos trabalhadores, militantes da saúde, educação, cultura, etc) e candidaturas que representem as diferentes regiões do estado. É fundamental desde já a organização desse projeto por parte do conjunto das direções partidárias.

As candidaturas petistas a Câmara Federal e ao Senado devem usar essa disputa para debater com a sociedade os rumos do país, a necessidade de fortalecer a luta para re-

Seminário regional para elaboração do Programa de governo em Santo Antônio

verter a reforma trabalhista, a terceirização irrestrita, o congelamento dos investimentos sociais por 20 anos, a tentativa de reforma da previdência, a criminalização dos movimentos sociais, o avanço do conservadorismo e a necessidade de retomar o socialismo como horizonte estratégico da classe trabalhadora.

Nossas candidaturas petistas para Assembleia Legislativa devem fazer o debate com a sociedade sobre os rumos do estado, debatendo as alternativas que poderemos implementar para solucionar nossos grandes problemas e dando suporte a um governo petista a partir de 2019.

Na construção desse projeto não podemos cometer o erro de alianças com setores que não compactuem com nosso programa. Nossa política de alianças deve ser com partidos e políticos que combateram e combatem o golpe de estado, que lutam contra as reformas que retiram direitos e que tenham consonância com nosso programa para o estado. Não podemos aceitar alianças com golpistas e quem apoiou e apoia a retirada de direitos da classe trabalhadora.

A Articulação de Esquerda, como sempre, contribuirá com esse projeto, seja na construção das candidaturas majoritárias do PT, na elaboração de programa de governo, na mobilização política e social e apresentando nomes para a disputa proporcional.

Para a disputa da Câmara Federal, a tendência petista Articulação de Esquerda está apresentando ao partido e a sociedade o nome da companheira Natália Bonavides como pré-candidata a deputada federal. Atual vereadora em Natal, ela agrega condições para representar uma candidatura petista, que na atual conjuntura política brasileira, seja um instrumento de defesa do PT, de luta contra a retirada de direitos, de empoderamento das mulheres e da juventude.

Para a disputa de deputado/a estadual, a Articulação de Esquerda construirá candidaturas que contribuam para o conjunto do PT manter e ampliar nossa presença na Assembleia Legislativa do Estado

Diante do atual cenário desafiador que vivemos, não temos o direito de ausentar-se da disputa dos rumos do nosso estado e do nosso país. ★

Gilderlei Soares é professor de história da rede pública e integrante do diretório estadual do PT no Rio Grande do Norte.

ESTADOS

No Piauí, lutando por candidatura petista

A direção estadual da tendência petista Articulação de Esquerda, reunida no dia 3 de dezembro de 2017, após debater a conjuntura nacional e estadual, divulgou a seguinte nota para a direção estadual e para a militância do PT Piauí.

1.Continuar mobilizando contra o governo Temer; continuar lutando em defesa dos direitos sociais ameaçados; continuar a campanha a favor de Lula presidente;

2.Chamar a classe trabalhadora às ruas no dia 5/12, para impedir a contrarreforma da previdência; registrando nossa discordância com a decisão de suspender a greve geral convocada para o dia 5 e ressaltando a necessidade de uma forte paralisação nacional para derrotar completamente a contrarreforma da previdência;

3.Reafirmar nosso apoio à reeleição do governador Wellington;

4.Defender que a companheira Regina seja candidata do PT ao Senado em 2018;

5.Defender que o PT do Piauí não faça alianças, nem majoritárias, nem proporcionais, com golpistas nas eleições de 2018;

6.Registrar que, caso esta posição (Petista não faz aliança com golpista) não seja consensual ou majoritária no Partido, a tendência petista Articulação de Esquerda defenderá a convocação de um encontro estadual de tática — conforme define o estatuto partidário — para tomar uma decisão acerca da política de alianças do PT nas eleições 2018;

7.Neste encontro a AE defenderá que o PT não faça alianças com partidos, governantes e parlamentares que apoiaram o golpe contra Dilma, nem com quem apoiou as medidas antipopulares e antinacionais adotadas pelos golpistas, como a reforma trabalhista e a emenda que suspendeu por 20 anos os investimentos sociais;

8.Registramos, também, que caso a companheira Regina não ofereça seu nome para disputar o Senado, a tendência petista AE inscreverá o nome de um companheiro ou de uma companheira para disputar o Senado. Não aceitamos entregar para golpistas uma conquista do povo!!!

Petista não se alia com golpista!

Brasil urgente, Lula presidente!

Desmonte em marcha

Gilberto Gomes

Quanto vale uma universidade pública no Brasil? Nas últimas décadas, muito provavelmente esta pergunta tornou-se um mantra para muitos empresários ávidos por devorarem mais uma parcela do Estado, em especial no Rio de Janeiro. Enquanto este artigo é escrito, o MEC divulga mais um ranking do Índice Geral de Cursos (IGC), onde todas as 12 universidades que alcançaram nota máxima de avaliação são públicas. De modo particular, uma delas nos chama atenção. A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), com campis nas cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé, figura como a 12ª melhor do país e 2ª melhor do estado. Estes dados, por si só, poderiam demonstrar sinais claros de grandes investimentos em educação, ciência e tecnologia, caso esta mesma universidade não se encontrasse desde o mês de dezembro de 2015 sem um repasse sequer relativo ao seu custeio por parte do governo estadual.

De servidores passando fome por atrasos nos salários a estudantes carentes evadindo as salas de aula, o cenário desolador vivido por UENF, UERJ e UEZO aponta uma crise sem precedentes para as universidades estaduais do Rio de Janeiro, com indícios gritantes de abandono e sucateamento programáticos do governo Pezão. Dívidas com empresas terceirizadas e fornecedores se acumulam, salários e bolsas de auxílio permanência chegam a três meses de atraso, veículos oficiais abandonados por falta de manutenção, telefones cortados, lixo acumulado e limpeza e segurança comprometidas são imagens que, além de se repetirem nestas universidades, nos remetem a outro clássico mantra de empresários e políticos entreguistas: "precarizar para privatizar".

Camuflado sob a crise econômica, agravado pela queda nos preços do petróleo, o discurso de austeridade do estado do Rio de Janeiro tem seu fim em si mesmo. Além da crise de moralidade política que se arrasta, ainda nos períodos em que os barris de petróleo atingiam seus melhores valores as universidades estaduais já vinham sofrendo ataques claros, com reduções sistemáticas no orçamento e no financiamento de pesquisas. No fim deste ano, o Ministério Público tornou públicas escutas que envolvem o recentemente preso deputado estadual Jorge Picciani e o Secretário de Ciência e Tecnologia Gustavo Tutuca, onde planejavam a abertura de uma CPI para investigar as contas das universidades do estado, em clara tentativa de desmoralizar a imagem destas instituições perante a parcela da sociedade que aguerridamente as defende.

Após o golpe de 2016 e com a apresentação da cartilha "Ponte Para o Futuro", os planos do PMDB ficaram ainda mais claros, em especial após a recomendação do Ministério da Fazenda, em setembro deste ano, pela privatização das universidades do estado do Rio de Janeiro como parte do plano de recuperação fiscal. Neste momento, pudemos observar uma ousadia ainda não vista por parte do governo golpista de Michel Temer: uma proposta clara de privatização de universidades públicas.

Mas por que não recomendar o mesmo para alguma universidade federal? Obviamente, a repercussão que tal medida alcançaria colocaria em xeque os planos desta empreitada ainda sem precedentes, que tem no "falido" estado do Rio de Janeiro seu laboratório ideal. De maneira lenta e gradual, propostas iniciais de substituição da manutenção estatal seguem sendo apresentadas como, por exemplo, doações financeiras de ex-alunos ligados a grandes corporações, aumentos das já absurdas taxas para serviços internos de secretariado e emissão de documentos, além, é claro, da cobrança de mensalidades. Esta última "alternativa" por sinal, vem sendo amplamente defendida por editoriais do Jornal O Globo e por Índio da Costa, ex-candidato à vice-presidência na chapa de José Serra, atual secretário de infraestrutura do governo Crivela e pretenso candidato à disputa da vaga de governador do Rio de Janeiro. Índio tem transitado entre as universidades do estado defendendo abertamente a instituição da cobrança de mensalidades como única saída para a crise na educação superior do estado.

Um outro caminho discutido por Temer e Pezão é transformar as universidades em Organização Social (OS) ou alguma outra estrutura do tipo que permita uma arrecadação própria a fim de sustentar seus gastos de custeio, como pessoal, por exemplo. O "modelo" utilizado é o do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), visto como uma OS "bem-sucedida".

Definitivamente, é estratégico para o projeto neoliberal sequestrar os investimentos públicos em educação, ciência, tecnologia e inovação. Para este projeto, é necessário impedir um desenvolvimento soberano de nação, que passa diretamente pelo conhecimento produzido e aperfeiçoado pelas Universidades. Foi a universidade pública do Brasil que fomentou o nosso sistema de saúde, a prevenção de doenças e as pesquisas mais avançadas desde os mais diversos campos da medicina às soluções de engenharia. No estado do Rio de Janeiro, o desmonte da universidade pública é ainda mais estratégico, visto sua estrita ligação com o desenvolvimento da exploração, extração e beneficiamento do petróleo. Universidades como UENF e UEZO possuem, além de cursos, extensas pesquisas voltadas para os campos do gás, petróleo e engenharia naval, por exemplo.

Defender as universidades estaduais do Rio de Janeiro é lutar contra um ataque sem precedentes a princípios fundamentais da constituição. É defender a dignidade de seus servidores – professores e técnicos – que contribuem diariamente para o progresso da Nação. É defender cada estudante que ingressou nestas universidades em busca de uma formação emancipadora, que os permita transformar suas realidades sociais. É, acima de tudo, defender um desenvolvimento soberano que se dê a partir de seu financiamento estatal, como princípio para uma autonomia de pensamento da Universidade, que não seja refém dos desejos de quem a financia, como infelizmente ainda ocorre com a maioria dos quadros políticos, subservientes aos mesmos segmentos econômicos que desejam o sucateamento e privatização das universidades públicas. ★

Gilberto Azeredo Gomes é estudante de Administração Pública (UENF), diretor de Formação Política e Movimentos Sociais (DCE-UENF), Diretor de Políticas Educacionais (UEE-RJ) e militante da Juventude da Articulação de Esquerda em Campos dos Goytacazes/RJ.

Feminismo em marcha

Vanda Nunes Santana

Foto: Leila Sá Soares

No dia 16 de novembro de 2017 uma grande Marcha abriu a Jornada Continental Pela Democracia e Contra o Neoliberalismo, em Montevidéu.

Concentrada na Universidad de La República, a marcha foi construída pela Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), movimentos de mulheres, entidades sindicais e movimentos sociais de 23 países.

Latas e tambores da Batucada Feminista da Marcha Mundial das Mulheres davam o ritmo da caminhada. Eram ecoadas canções e palavras de ordem para denunciar o neoliberalismo que controla os territórios e as vidas, oprime e tira direitos, particularmente das mulheres.

Os debates feitos ao longo da jornada buscavam denunciar as facetas mais perversas do neoliberalismo e sua interferência na vida da classe trabalhadora e, principalmente, das mulheres trabalhadoras.

> **Como maneira de se combater o neoliberalismo, os diversos movimentos ali presentes defendiam a soberania dos povos; autonomia sobre as vidas e os corpos das mulheres.**

Como maneira de se combater o neoliberalismo, os diversos movimentos ali presentes defendiam a soberania dos povos; autonomia sobre as vidas e os corpos das mulheres. Além disso, denunciavam as investidas e impactos das transnacionais e do "livre" comércio e os impactos frente aos golpes no Brasil, Paraguai e Honduras e aos bloqueios econômicos a Cuba e Venezuela.

Cerca de três mil pessoas participaram de intensos debates nas tendas e mesas de discussões simultâneas. Os debates em torno da resistência popular frente ao poder das transnacionais trouxeram discussões acerca do acordo de livre comércio aliado a ação do capitalismo e os malefícios que causam à sociedade, tais como os impactos ambientais, a devastação, a poluição das águas e contaminação de nossas terras e corpos, pelo uso excessivo de agrotóxicos e minérios.

Uma das femenageadas na jornada foi Bertha Cáceres, da resistência feminista, dirigente da Frente Nacional Contra o golpe de Estado em Honduras. Essa lutadora foi assassinada em 2016 por fazer frente ao governo de Hernández e denunciar o golpe contra as mulheres e por combater à violência sexual, à exploração e precarização do trabalho. Bertha foi incansável na denúncia de violência e assassinatos de mulheres, dos despejos das famílias camponesas e da repressão no campo.

Todas essas violências e o assassinato de Bertha e tantas outras são exemplos de golpes contra as mulheres, os quais demonstram que grupos conservadores e fundamentalistas têm ainda poder e controle sobre a vida e nossos corpos, sobre nossas decisões, limitando nossa autonomia.

Os impactos do neoliberalismo são mundiais e no Brasil tem se apresentado de maneira despudorada após a saída de Dilma Rousseff da presidência da República. O governo golpista de Michel Temer tem operado por meio de uma série de medidas neoliberais contra a vida do povo brasileiro. A exemplo temos a EC 95 que congela investimentos nas políticas básicas, como saúde, educação e privatiza os serviços públicos; a Reforma Trabalhista, que prioriza o grande

Foto: Leda Silva

Foto: Leila Sá Soares

capital, em detrimento da classe trabalhadora; PEC 287 que mexe nos nossos direitos trabalhistas e previdenciários; a PEC 181 que ataca os direitos das mulheres e o aborto legal e seguro.

Todos esses projetos neoliberais colocados em prática após o golpe intensificaram o poder econômico, reprimindo os movimentos populares e naturalizando ainda mais a violência do Estado.

A atual democracia burguesa limita as lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras por não estar vinculada ao bem estar do povo. Isso porque ela não promove a igualdade entre mulheres e homens, não defende o fim da exploração da classe trabalhadora, não defende o direito à terra, continua promovendo desigualdades e não visa o acesso à comunicação popular e à cultura como forma de democracia, soberania e integração entre os povos latino-americanos.

Os efeitos do neoliberalismo na América Latina se apresentam, por exemplo, no boicote americano ao governo de Maduro na Venezuela, que gera escassez de alimentos e medicamentos, e ataca diretamente a vida das mulheres que estão à frente dos movimentos em defesa da terra, na cidade e no campo. Tais lutas são os pilares de sustentação de suas famílias, uma vez que são responsáveis pela organização e recebimento dos alimentos nas comunas (organização comunitária que reúne moradoras e moradores de três a quatro bairros vizinhos).

No entanto, apesar dos efeitos devastadores do neoliberalismo e do capitalismo, temos exemplos de resistência, como é o caso da guatemalteca Rosália Tuyuc da Vila Campesina. Mulher e indígena, sobreviveu ao genocídio da década de 1980 e denunciou a matança de seu povo e os roubos de suas terras pelo capital internacional. Ela nos falou da importância de resistir e defender os elementos da natureza e da necessidade de estarmos juntas para garantir o direito à terra, à água, à floresta e à vida. Mulheres como Rosália nos lembraram da importância de globalizar a luta e a esperança. Em um grito de paz parabenizou a luta das mulheres.

Para fazer frente à política neoliberal e a ofensiva conservadora que se impõe sobre nossas vidas, corpos e territórios, as mulheres presentes na jornada reafirmam sua luta anticapitalista e antipatriarcal, na luta pelo socialismo, na defesa da integração dos povos, no enfrentamento à divisão sexual do trabalho e à exploração sexual, na luta pela autonomia sobre nossos corpos e na legalização do aborto: "mulheres contra a guerra, contra o capital, contra o machismo e o capitalismo neoliberal!" ★

Vanda Nunes Santana é militante da Marcha Mundial das Mulheres

Um judiciário desigual

Alana Gonçalves

Temos uma legislação vigente que assegura alguns direitos básicos das mulheres brasileiras. Tomaremos a Lei Maria da Penha (lei nº 11.340/2006) como exemplo. Criada em agosto de 2006, a Lei Maria da Penha prevê a criação de mecanismos para punir, prevenir e erradicar as violências contra as mulheres. A lei configura como violência contra a mulher "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial".

Apesar de a Lei Maria da Penha ser considerada uma das três melhores leis do mundo que visa erradicar a violência doméstica, alguns dados precisam ser reconhecidos: uma pesquisa feita em 2013 pelo DataSenado aponta que 99% das mulheres já ouviram falar da Lei Maria da Penha; no entanto, apenas 9% dizem conhecer a lei integralmente. Ou seja, apesar da importante formulação sobre a lei e das campanhas de divulgação, a pesquisa demonstra não ser o suficiente para o conhecimento integral dos tipos de violência que a lei engloba, o que pode interferir no número de casos nos quais as mulheres acessam o judiciário a fim de garantir seus direitos.

A dificuldade do acesso à informação sobre as leis não é por acaso. O Judiciário se configura como a forma jurídica do capitalismo, assim como o Estado é a sua forma política. Portanto, ele integra uma superestrutura que manipula, controla e normatiza a vida social, reduzindo as análises de situações sociais a ritos processuais, que dificilmente consideram as determinações estruturais que os produzem e reproduzem. Um exemplo disso foi o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, no qual a esfera jurídica serviu, mais uma vez, aos interesses da classe dominante.

"Sobre as condições que as mulheres encontram ao buscar o acesso ao sistema de justiça, há muitos casos em que a violência se reproduz no momento em que se entra na delegacia, mesmo nas especializadas no atendimento das mulheres."

É importante salientar quem são as/os operadores do judiciário e podemos partir da formação que estas/es recebem. A universidade brasileira, apesar de todos os avanços, ainda tem caráter meritocrático e elitista. Se tratando do curso de Direito, um dos mais tradicionais do país, percebemos que hegemonicamente as/os estudantes que acessam o curso e os/as docentes responsáveis por sua formação estão estruturalmente condicionados à manutenção da concepção de justiça positivista. Além disso, apesar das formulações de leis como a Lei Maria da Penha, não é feita formação continuada das/os profissionais e servidoras/es que a operam, o que se reflete no despreparo e muitas vezes desconhecimento da lei por parte dessas/es profissionais no atendimento das vítimas. Vale ressaltar, ainda, que os cargos jurídicos ainda são ocupados majoritariamente por homens.

Sobre as condições que as mulheres encontram ao buscar o acesso ao sistema de justiça, há muitos casos em que a violência se reproduz no momento em que se entra na delegacia, mesmo nas especializadas no atendimento das mulheres. Além disso, ocorre também da mulher que consegue levar adiante uma denúncia de abuso tenha como retorno do acusado, por exemplo, processos por calúnia ou pedidos de indenização moral, visto as dificuldades que se tem de comprovar esse tipo de violência.

A formulação de leis com caráter progressista é de fundamental importância, no entanto fica evidente a insuficiência dessa legislação frente a estrutura capitalista e patriarcal que conduz os rumos do país e do mundo. Em síntese, para que o judiciário brasileiro promovesse de fato "justiça", seriam necessárias mudanças mais profundas, de natureza socialista e feminista.

Não se trata de uma mera crítica ao judiciário para desacreditá-lo, até porque em algumas condições o enfraquecimento das instituições pode levar ao justiçamento e à barbárie. O que reivindicamos de imediato são reformas estruturais no judiciário, para ampliar as liberdades e direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, mulheres, negras/os, LGBTs, numa perspectiva de respeito aos direitos humanos, rompendo com o elitismo, machismo, racismo, LGBTfobia e xenofobia. ★

Alana Gonçalves é estudante da UFSM

Nossa Voz

Uma chapa composta por JPT, Levante e UJS tem a sua frente o desafio da reconstrução do movimento estudantil na Universidade de São Paulo

Marcos Hermanson

Nos dias 7, 8 e 9 de novembro ocorreram as eleições do DCE Livre da USP, entidade máxima de representação dos 92 mil estudantes da Universidade de São Paulo. Com 4338 votos, saiu vitoriosa a chapa Nossa Voz, composta por Balaio (JPT), Levante Popular da Juventude, UJS e estudantes independentes. O grupo teve o mérito de desbancar o chapão do PSOL, que há nove anos ocupava a direção da entidade, e neste pleito recebeu 1520 votos.

As condições do campo de batalha

Sob a justificativa da crise orçamentária, causada pela diminuição da arrecadação do ICMS - imposto que custeia as universidades estaduais - o mandato do atual reitor, Marco Antônio Zago, fez da USP terra arrasada. Sob sua gestão, foram aposentados (via Pacote de Demissão Voluntária) 3.676 trabalhadores.

Só no último ano, mais de 500 bolsas estudantis foram cortadas pela Reitoria, assim como foi fechada a Creche Oeste, ambos pilares da política de permanência na universidade.

O Hospital Universitário, operando com 367 médicos, enfermeiros e técnicos a menos, está em vias de ser inviabilizado definitivamente. Ademais, a contratação de professores no regime de dedicação integral está suspensa desde 2015, o que vêm sucateando a qualidade de ensino em diversas unidades, principalmente aquelas menos favorecidas no rateio de verbas dentro da USP.

Combinado a isso, é importante ressaltar a dimensão que tomou a repressão dentro dos muros da universidade, em especial no campus do Butantã, coração do movimento estudantil uspiano. Exemplo: no dia 7 de março, data em que o Reitor pretendia aprovar no Conselho Universitário uma medida de congelamento de gastos na universidade, a Tropa de Choque foi acionada para reprimir manifestação que tencionava inviabilizar a reunião, bloqueando os portões da Reitoria. Muitos foram presos ou espancados, e o próprio Prédio da Administração Central foi usado de cárcere improvisado. Sob balas de borracha e gás lacrimogêneo, a medida foi aprovada.

O Diretório Central dos Estudantes no período recente

De 2008 até 2017, a entidade foi comandada por forças que, no âmbito nacional do movimento estudantil, se caracterizariam como Oposição de Esquerda (Juntos/MES, RUA/Insurgência, MAIS, UJC/PCB), com algumas variações ao longo dos anos - exemplo do racha PSTU/MAIS, onde a segunda força, respectivamente, permaneceu ocupando a gestão da entidade.

É sintomático também que 2008 marque o último ano em que o ME foi capaz de conquistar uma grande vitória, através da ocupação da Reitoria - que garantiu a construção de um novo bloco de moradia e a maior abertura dos bandejões. Desde então, é possível apontar um descenso do movimento estudantil e o gradual afastamento da entidade do cotidiano dos estudantes, o que lhe fez incapaz de mobilizar grandes contingentes de discentes, ou de apresentar uma política realmente representativa em relação a diversidade de alunos da USP.

O DCE não é, já há algum tempo, uma entidade capaz de articular os mais diversos cursos e seus respectivos centros acadêmicos em torno de um projeto de universidade. Houve, é claro, picos de mobilização e espontaneísmo dos estudantes frente aos ataques da Reitoria, em parte fortalecidos e incentivados pelas direções a frente das entidades. Mas não houve uma estratégia certeira para canalizar esta mobilização. Muitas greves ocorreram neste período, mas sem avanços objetivos.

Combinou-se a isso o enfraquecimento do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), uma das maiores forças de oposição a cartilha neoliberal aplicada nos últimos anos. Dessa forma, o cenário de desmobilização facilitou os planos da Reitoria e ajudou a minar as tentativas locais e globais de contraposição ao projeto de Zago.

É do nosso entendimento que a forma como as forças presentes no DCE - em especial MES/Psol - construíam cotidianamente a política da entidade ajudou a fomentar este clima de desmobilização. Com exceção dos momentos de assembleia - muito esvaziadas nos últimos anos - a política era toda decidida a portas fechadas e, mais do que isso, posta em prática de forma desorganizada.

Havia, entre a direção, uma preocupação grande (e justificada, até certo ponto) em formar quadros e fortalecer as forças presentes na gestão, que acabava frequentemente invertendo os princípios e, novamente, deixando os objetivos de mobilização a reboque daqueles que promovem a cooptação de militantes.

Mesmo quando se pensa na estrutura material da entidade, é fácil enxergar o dano feito por uma sequência de gestões irresponsáveis, incapazes sequer de garantir o mínimo de estabilidade financeira à entidade, algo essencial para garantir sua independência e capacidade de mobilização. Hoje, o maior DCE do Brasil não tem sequer um CNPJ ou uma fonte de renda, e depende da boa-vontade dos centros acadêmi-

cos para sobreviver.

Acima de tudo, a intransigência e a falta de mínimo diálogo com funcionários, burocracia, professores e, paradoxalmente, os próprios estudantes, contribuiu para que o DCE fosse cada vez mais uma entidade isolada em seu esquerdismo, incapaz de apresentar vitórias concretas à sua base ou de aglutiná-la em torno de sua política.

Foi neste cenário que surgiu o Balaio, força catalisadora de um amplo movimento de oposição. O Balaio - Núcleo de Estudantes Petistas da USP, surgiu em 2015, congregando estudantes de vários institutos identificados com o petismo e descontentes com a apatia no movimento estudantil.

Através de um firme processo de crescimento, norteado principalmente por seus Congressos e acelerado nos episódios de resistência ao golpe, o coletivo ampliou gradativamente sua presença nos Centros Acadêmicos, ao ponto que, em 2016, já eram oito, e em 2017, logo antes da conquista do Diretório, dez.

Antes tomado pelo esquerdismo ou pela direita, os militantes do Balaio tomaram para si, em grande medida, o trabalho de reestruturar o movimento estudantil em seus cursos. Nas unidades como FFLCH, Direito, FEA e ECA estes centros acadêmicos permitiram ao coletivo, por conta de uma política que dialogava mais com os estudantes comuns, fortalecer suas bases e se lançar com êxito à disputa maior. Os novos militantes, mais ativos nos CAs - tiveram a tarefa de garantir a votação nos seus locais de atuação, e os dirigentes mais experientes foram ao interior e às novas unidades, num esforço grande de dialogar com alunos e entidades estudantis costumeiramente ignoradas pelos grupos do movimento estudantil ligados ao Psol.

25 de novembro de 2017, posse da chapa pelo Conselho de Centros Acadêmicos da USP

> **"Teremos de inovar nos métodos, sem cometer os erros de quem já ocupou o mesmo espaço que agora ocupamos, mas também sem cair na tentação de renegar métodos históricos."**

O mote de campanha era "Um outro DCE é possível", e as propostas foram fruto de um longo processo de acumulação, que permitiu ao grupo formular um programa para a USP com mais de 40 páginas. Tradicional às forças do esquerdismo no movimento estudantil, o vazio programático fora abandonado e agora havia, apesar das insuficiências com certeza existentes, um horizonte no qual mirar.

O que vem pela frente

Terminada a exposição a respeito dos últimos anos no movimento estudantil na USP, tomo a liberdade para usar a primeira pessoa. Acredito que os desafios postos à nossa frente não são poucos, e se concentram principalmente na reconstrução do movimento estudantil uspiano e da entidade que deve ser sua principal articuladora.

Somos muitas e muitos, mas com certeza ainda insuficientes para a tarefa que está a nossa frente. Por isso, um de nossos objetivos será o de construir um DCE mais aberto e inclusivo - que possa tocar uma política forte, ampla, democrática - mas que ao mesmo tempo não se deixe implodir pelos "entrismos" daqueles que nos antecederam ou que vêem no PT o principal inimigo da classe trabalhadora.

Teremos de inovar nos métodos, sem cometer os erros de quem já ocupou o mesmo espaço que agora ocupamos, mas também sem cair na tentação de renegar métodos históricos. Tomaremos nas mãos a defesa da universidade pública e de uma USP popular, seremos oposição ao projeto neoliberal emplacado nos últimos anos, nos mantendo insubmissos, mas ao mesmo tempo "pragmáticos" e não intransigentes.

Seremos obrigados a restituir financeira e fisicamente nossa entidade, deixada às moscas por tantos anos, e ao mesmo tempo acompanhar a conjuntura e as lutas cotidianas no Brasil, em São Paulo e na USP, que devem se acirrar em 2018.

Nos dividiremos entre os centros acadêmicos que já compomos, o DCE e os locais para onde devemos ir. Teremos de erguer do zero o movimento nos interiores. Precisaremos conciliar o trabalho partidário com o da entidade, sem confundir ambos. Além disso, dialogar com funcionários, docentes e com entidades estudantis tradicionalmente apolíticas, como atléticas, baterias e empresas juniores.

Por fim, precisaremos fazer uma parte considerável de tudo isso no curto período de mandato que nos foi dado, ao ponto dos estudantes verem em nós esperança e nos escolherem para representá-los mais uma vez.

Não são poucas as batalhas postas no horizonte, acredito, mas que bom que hoje levantamos a cabeça e as enxergamos, ansiosos. Caminharemos, tenho certeza, e esse horizonte se manterá sempre lá, como diria um imortal escritor uruguaio. Bom sinal, diriam alguns. ★

Marcos Hermanson é estudante da ECA (USP

Convocado o IV Congresso da JPT

Pedro Feitoza

Entre os dias 24 e 26 de novembro ocorreu o segundo Conselho Político da JPT, no Instituto Cajamar, São Paulo. O conselho é formado pela executiva nacional e pelas secretárias e secretários da JPT nos estados. A finalidade dessa última reunião era de fazer um balanço do último período e aprovar o regimento convocando o IV Congresso da JPT. O que deveria ser um espaço de amplo debate político e produção de sínteses capazes de direcionar nacionalmente a juventude petista, promover a troca de experiência entre as secretarias estaduais e aproximar o conjunto das suas forças para os imensos desafios da conjuntura política do país, tornou-se um mero momento para resolver divergências internas de um único campo (CNB) e aprovar superficialmente o regimento interno do nosso próximo congresso.

Em breve resumo: chegamos sem acesso à programação e proposta de regimento a ser discutida e de todo o tempo destinado ao conselho, a sexta e o sábado foram inteiramente utilizados para plenárias internas da CNB, enquanto que o debate com o conjunto da JPT apenas pôde acontecer na madrugada do domingo, entre 1 e 7 horas da manhã. Apenas uma fala de 3 minutos por cada representante foi destinada para debate político devido ao esgotamento do tempo e da disposição físicas dos/das militantes, enquanto o resto do período foi utilizado para apresentar e votar os pontos do regimento interno do IV Congresso da JPT. O ocorrido não é mero acaso e reflete o atual estado de organização da JPT em nível nacional.

IV CONGRESSO DA JPT

Etapas Municipais
24 de março a 22 de abril

Etapas Estaduais
28 de abril a 20 de maio

Congresso Nacional
31 de maio a 3 de junho

Todos os municípios com 4 ou mais jovens deverão realizar congressos. Poderão participar os jovens filiados e filiadas até dia 31 de dezembro de 2017 que tenham até 29 anos na data de início das etapas municipais.

Objetivamente, o regimento aprovado convocou o IV Congresso Nacional da JPT para o período de 31 de maio a 03 de junho. As etapas municipais ocorrerão entre 24 de março e 22 de abril, e as etapas estaduais entre 28 de abril e 20 de maio. Todos os municípios com 4 ou mais jovens deverão realizar congressos. Poderão participar os jovens filiados e filiadas até dia 31 de dezembro de 2017 que tenham até 29 anos na data de início das etapas municipais. Além de eleger direção, as etapas municipais elegerão delegados e delegadas para as etapas estaduais na proporção de 2 para 1. Por sua vez, as estaduais elegerão para o nacional na proporção de 4 para 1. Alguns pontos ainda serão definidos pela comissão organizadora do congresso, como a exigência ou não de contribuição financeira dos filiados e filiadas para votar e ser votado; como serão realizados os congressos intermunicipais/regionais e também como participarão os jovens dos municípios com menos de 4 filiados e filiadas jovens.

Ao meu ver, o regimento aprovado não enfrentou as dificuldades que tivemos no último congresso e ainda ampliou a burocracia e o incentivo ao disputismo na JPT. Haverá três formas distintas de se eleger delegados e delegadas às etapas estaduais e o peso das etapas municipais (foco da grande maioria das fraudes ocorridas em 2015) aumentou.

No último período, a executiva nacional da JPT teve fraca atuação. Mesmo com a postura combativa do PT e da esquerda em resistência ao golpe, com amplas mobilizações de rua e intensos debates políticos na sociedade brasileira, a JPT foi incapaz de oferecer referência e organização aos inúmeros/as jovens que passaram a se engajar no destino do país. Incapaz até de oferecer uma opinião qualificada sobre a piora da condição de vida do povo e sobre a precarização cada vez mais intensa do trabalho que atinge com força, sobretudo, a juventude. A dispersão e a falta de acúmulo político e organizativo da JPT persistem. Hoje, apenas 7% dos filiados e filiadas do PT são jovens.

O conselho político reunia as condições para o início de uma inflexão nessa trajetória. Com a aprovação na última reunião do diretório nacional do PT da comissão organizadora do próximo congresso, as tarefas destinadas ao conselho eram aprofundar uma visão política a partir da juventude e definir um modelo de congresso que pudesse ampliar a participação de forma qualificada. Um modelo capaz de fortalecer a organização política da juventude, superar os graves problemas ocorridos no III Congresso e preparar a juventude para o acirramento da disputa política de 2018.

Por fim, acredito que os acontecimentos dos últimos anos na política brasileira mergulharam a população em profunda confusão e desânimo com o destino do país. Cabe a nós, Partido dos Trabalhadores, atuar para construir em 2018 um cenário político com forte polarização, clareza dos projetos políticos colocados em disputa e combate ferrenho contra o golpismo e todos os seus retrocessos. É com esse espírito que a JPT deve se mobilizar para o seu próximo congresso. Os obstáculos são diversos, mas a realização do IV Congresso ainda é a melhor oportunidade de mobilização da juventude petista para dialogar com parcelas maiores da juventude brasileira. ★

Pedro Feitoza é secretário estadual da JPT/RN

Flashes de um debate

O texto abaixo é um resumo da "memória" feita por Adriano Oliveira acerca do 4º Congresso da tendência petista Articulação de Esquerda

José Genoíno, Marcus Sokol, Rosana Ramos (AE) e Joaquim Soriano

Mônica Valente, Natália Sena (AE), José Reinaldo e Armando Boito Jr.

O texto abaixo é um resumo da "memória" feita por Adriano Oliveira acerca do 4º Congresso da tendência petista Articulação de Esquerda

Ao longo do ano de 2017, várias organizações sociais e partidárias fizeram seus congressos. É o caso da UNE e da Ubes; é o caso da CSP-Conlutas e da CUT (no caso, um congresso extraordinário); é o caso, também, do PSOL, da Consulta Popular, do PCdoB e do PT.

Também ao longo de 2017, várias tendências petistas fizeram seus congressos ou equivalentes. É o caso da Esquerda Popular Socialista (EPS), da tendência Movimento e da chamada Tribo; e da Democracia Socialista (DS).

É o caso, ainda, da tendência petista Articulação de Esquerda, cujo congresso foi realizado nos dias 24, 25 e 26 de novembro, na sede nacional do PT em São Paulo (SP). Na verdade, tratou-se da "primeira etapa", dedicada ao debate sobre estratégia e socialismo. A segunda etapa, que vai tratar de temas táticos e organizativos, será realizada nos dias 4, 5 e 6 de maio de 2018.

Participei ativamente desses três dias de debate, tendo sido eleito – junto com Rosana Ramos e Natalia Sena – para a mesa que coordenou as atividades. Gravei algumas falas e tomei notas, com base no que fiz uma extensa "memória" de toda a discussão, que evidentemente não serve para publicação, mas é útil para quem deseja conhecer os detalhes da discussão feita pelos integrantes de uma tendência que em 2018 completará 25 anos de fundação.

Uma novidade deste 4º Congresso foi o convite feito, a pessoas que não são da AE, para opinar e criticar o projeto de resolução em debate. Contribuíram nisso, obviamente à luz da elaboração política de suas respectivas organizações, Mônica Valente (secretaria de relações internacionais do PT e militante da Construindo um Novo Brasil), Marcus Sokol (da executiva nacional do PT e militante de O Trabalho), Joaquim Soriano (diretor da Fundação Perseu Abramo e militante da Democracia Socialista), Armando Boito Jr. (da Consulta Popular), José Genoíno (ex-presidente nacional do PT) e José Reinaldo (reeleito recentemente para o Comitê Central do PCdoB). Além disso, estiveram no Congresso Renato Simões (da executiva nacional do PT e da tendência Militância Socialista) e o deputado federal Vicentinho. A presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffman, gravou um vídeo de saudação.

É sempre um risco citar trechos de falas, pois uma frase fora de contexto pode adquirir um sentido diferente do pretendido pelo autor. Assim, alerto que os destaques a seguir correspondem não ao que foi dito, mas ao que foi captado por mim.

Sokol destacou o que na nossa interpretação são algumas "pistas" do que deve ser a estratégia de luta pelo socialismo, o que inclui mudar a natureza de classe do Estado com propriedade pública sob controle operário; a combinação de luta de massa e luta eleitoral em um fórmula em que a luta de massas subordine a luta institucional; a importância de um programa atualizado e a ideia de um governo operário e camponês com caráter anti-imperialista, democrático e antimonopolista.

Joaquim Soriano apontou que a estratégia da revolução no Brasil e no continente deve ser debatida em uma perspectiva de acúmulo de forças por dentro do Estado, democratizando-o, o que segundo nosso entendimento resultaria em uma estratégia eleitoral de conquista de maiorias nacionais e sob o exercício de governos.

José Genoíno destacou, no plano internacional, os limites de uma estratégia nacional em um sistema capitalista de dominação planetária, defendendo alianças táticas a partir de blocos regionais, com destaque para a América Latina e para os chamados BRICS. Defendeu uma formulação estratégica de acumulação de forças, reforma

Renato Simões, Natália Sena (AE) e o Dep. Federal Vicentinho (PT-SP)

progressiva e ruptura.

José Reinaldo falou de momentos cruciais da história do Brasil e a sua vinculação com o debate estratégico que hoje estamos chamados a realizar, apontando que o fato das classes dominantes nunca terem sido golpeadas em sua expressão econômica, política e social é uma das razões da situação em que estamos vivendo e concluindo que somente uma revolução social e política pode abrir um ciclo de desenvolvimento em direção ao socialismo.

Armando Boito Jr. tratou de temas como a natureza de classe dos governos Lula e Dilma, falou do que ele entende por "neodesenvolvimentismo", apontou o déficit organizativo e a frágil resistência popular ao golpe em 2016. Boito caracteriza os governos Lula e Dilma como "burgueses", afirmação que vincula-se a um interessante debate sobre a questão das frações da burguesia.

Mônica Valente afirmou que tinha unidade com a afirmação tática central de nosso documento, especialmente no que diz respeito ao combate contra o golpe e a defesa da candidatura Lula. Concorda que o republicanismo expressa uma ilusão no caráter de classe do Estado. No debate sobre a estratégia, reconhece que nosso grande erro foi não termos realizado reformas estruturais e destacou que nunca foi estratégia do PT transformar o Brasil em um "país de classe média".

O debate com os convidados preencheu aproximadamente oito das 32 horas do Congresso. Na opinião de todos e todas, foi bastante útil, seja para corrigir imprecisões e equívocos, seja para dar segurança na reafirmação das proposituras finais da resolução congressual.

A versão final do documento aprovado pelo 4º Congresso da AE, intitulado "A estratégia da luta pelo socialismo no Brasil", incorporando um conjunto de emendas surgidas do debate travado nas etapas municipais, estaduais e nacional, está disponível na página eletrônica www.pagina13.org.br ★

Adriano de Oliveira é membro do Diretório Nacional do PT

★100 anos de Revolução Soviética e homenagens

Cloves Castro, Wanda Conti , Daniela Matos (pela AE) e Sonia Hypolito

Um momento alto da primeira etapa de nosso 4º Congresso foi a homenagem aos 100 anos da Revolução Russa e, também, a duas companheiras e a um companheiro que participaram da criação da Articulação de Esquerda e que militam conosco até hoje: Cloves Castro, Sonia Hypolito e Wanda Conti. A atividade foi transmitida ao vivo e pode ser assistida na íntegra através do link https://www.youtube.com/watch?v=8PcVDf6ahvE

★Calendário de atividades

O calendário de atividades internas da tendência petista Articulação de Esquerda em 2018 inclui uma jornada nacional de formação, uma plenária sindical nacional, uma conferência nacional da juventude, uma conferência nacional de mulheres. As respectivas datas e regulamentos podem ser lidos na www.pagina13.org.br

★Segunda etapa do 4º Congresso Nacional da AE

A segunda etapa do 4º Congresso Nacional da AE, tendo como ponto de pauta a tática, a organização e a eleição da direção da tendência, será realizada nos dias 4, 5 e 6 de maio de 2018. O texto base desta segunda etapa será aprovado pela direção nacional da AE, em reunião convocada para os dias 27 e 28 de janeiro de 2018, em Caruaru. O regulamento da participação nesta segunda etapa está disponível no endereço www.pagina13.org.br

“Para tempos de guerra”

Página 13 publica, abaixo, a introdução do documento aprovado pelo congresso da tendência petista Articulação de Esquerda.

O Partido dos Trabalhadores concluiu seu 6º Congresso Nacional, realizado nos dias 1 a 3 de junho de 2017, aparentando alto grau de unidade tática, mas ao mesmo tempo explicitando muitas incertezas e indefinições organizativas, estratégicas e programáticas.

Em uma situação normal, teríamos tempo e condições adequadas para superar tais incertezas e indefinições. Mas não vivemos uma situação normal, nem no país, nem na região, nem no mundo.

Por isto, a militância petista precisa combinar a luta contra o governo golpista, pelo Fora Temer e em defesa dos direitos, por diretas já e pela candidatura Lula, com o debate e as ações necessárias para a mais pronta superação das lacunas e erros existentes em nossas formulações partidárias.

Para contribuir com isto, especialmente na expectativa de tentar superar as lacunas e erros existentes na estratégia de nosso Partido, a tendência petista Articulação de Esquerda realizou a primeira etapa do seu 4º Congresso Nacional, nos dias 24 a 26 de novembro de 2017, tendo como único ponto de pauta o debate sobre a estratégia da luta pelo socialismo no Brasil.

Objetivo final e cenários estratégicos

Nosso objetivo é construir, na teoria e na prática, uma estratégia que permita conquistar o poder para iniciar uma transição socialista, contribuindo a partir do Brasil para abrir um novo ciclo de experiências de construção do socialismo, portanto um novo ciclo de tentativas de superar o capitalismo e de construir uma sociedade comunista. Somos, portanto, dos que entendem o socialismo como uma etapa de transição entre o capitalismo e o comunismo.

O ciclo anterior de tentativas de construção do socialismo teve origem na Revolução Russa de 1917, que deu origem à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O socialismo estatal soviético foi capaz de enfrentar o capitalismo hegemônico no mundo até 1945, sendo o principal responsável pela decisiva derrota do nazismo na Segunda Guerra Mundial. Foi também capaz de enfrentar o capitalismo hegemônico entre 1945 e 1970. Isto se deve, entre outros, ao esforço da classe trabalhadora, à supressão da propriedade privada e a adoção do planejamento econômico e social. Mas o socialismo soviético não foi capaz de enfrentar e muito menos de derrotar o tipo de capitalismo hegemônico a partir dos anos 1970. Este tipo de capitalismo surgiu como resposta à crise do capitalismo hegemônico no período pós-Segunda Guerra; e para superar esta crise, o capitalismo lançou mão de uma estratégia ofensiva e agressiva, consolidada no chamado “neoliberalismo”, com a intensa financeirização da economia, a abertura comercial desregrada, as privatizações e o desmonte do Estado, a propagação do individualismo, da meritocracia e do mito de que as oportunidades são iguais para todos, bem como a chamada “reestruturação produtiva”, que estabelece a precarização das relações de trabalho e a fragmentação das cadeias produtivas.

Há um imenso debate acerca da experiência soviética e, particularmente, acerca dos motivos pelos quais o socialismo estatal soviético perdeu, a partir de certo momento, a capacidade de enfrentar o tipo de capitalismo hegemônico a partir dos anos 1970. Uma hipótese é que, dentre os vários motivos, devemos destacar o seguinte: o socialismo estatal soviético perdeu, progressivamente, a capacidade de desenvolver as forças produtivas em patamares comparáveis com as dos principais países capitalistas; este baixo desenvolvimento das forças produtivas contribuiu para uma crescente ineficiência econômica e esta para a insatisfação política; e tudo isto coincidiu com o momento, nos anos 1970, em que o capitalismo estava dando um “grande salto adiante”.

O socialismo estatal soviético perdeu “competitividade” exatamente quando o Estado e o capitalismo de Estado mudaram seu papel nas nações capitalistas. Um socialismo incapaz de desenvolver as forças produtivas e democratizar as relações de produção não é capaz de derrotar o capitalismo e tampouco é capaz de chegar ao comunismo.

No momento, o “socialismo de mercado chinês” está conseguindo competir e em alguns terrenos derrotar o capitalismo que lhe é contemporâneo. Mas as características deste tipo de socialismo introduzem novos problemas e, inclusive, crescentes riscos de restauração capitalista, que também motivam um imenso debate no qual a esquerda brasileira deve acompanhar e participar ativamente.

Não temos como saber quanto tempo durará a fase de defensiva estratégica em que se encontra o movimento socialista desde os anos 1980 e que teve seu auge nos anos 1989-1991, período geralmente simbolizado por três eventos: Praça da Paz Celestial, queda do Muro de Berlim, dissolução da URSS. Também não temos como antecipar quando e através de que processos terá início uma nova etapa de ofensiva estratégica do movimento socialista. Muito menos há como prever quando chegaremos ao objetivo final de uma sociedade comunista, sem classes e sem Estado, sem opressão nem exploração. A rigor, não há como garantir que o socialismo triunfará na luta contra a barbárie capitalista. Mas nos cabe lutar por isto. E é essencial perceber que são as características do capitalismo no século XXI que determinam as condições de luta pelo socialismo no século XXI, tanto em termos de estratégia de poder quanto em termos do programa da transição socialista.

Por tudo isto, devemos estar preparados para um longo processo de luta, que envolverá tanto competição pacífica quanto conflitos militares entre os Estados capitalistas, bem como entre estes e os processos comprometidos com uma transição socialista, além do acirramento da luta de classes em cada país. Assim como devemos estar preparados para um longo processo de transição socialista, durante a qual coexistirão a propriedade social e a propriedade privada, o mercado e o planejamento estatal, relações comunistas e relações capitalistas de produção.

Para os marxistas, socialistas e revolucionários do século XIX, a transição socialista seria relativamente rápida. Hoje não temos o direito de nos iludir a respeito: a transição socialista será longa, acidentada, cheia de riscos de derrota e retrocesso. É com este espírito que deve ser educada – especialmente no que toca aos temas do socialismo e da estratégia – a militância da esquerda brasileira, latino-americana e mundial.

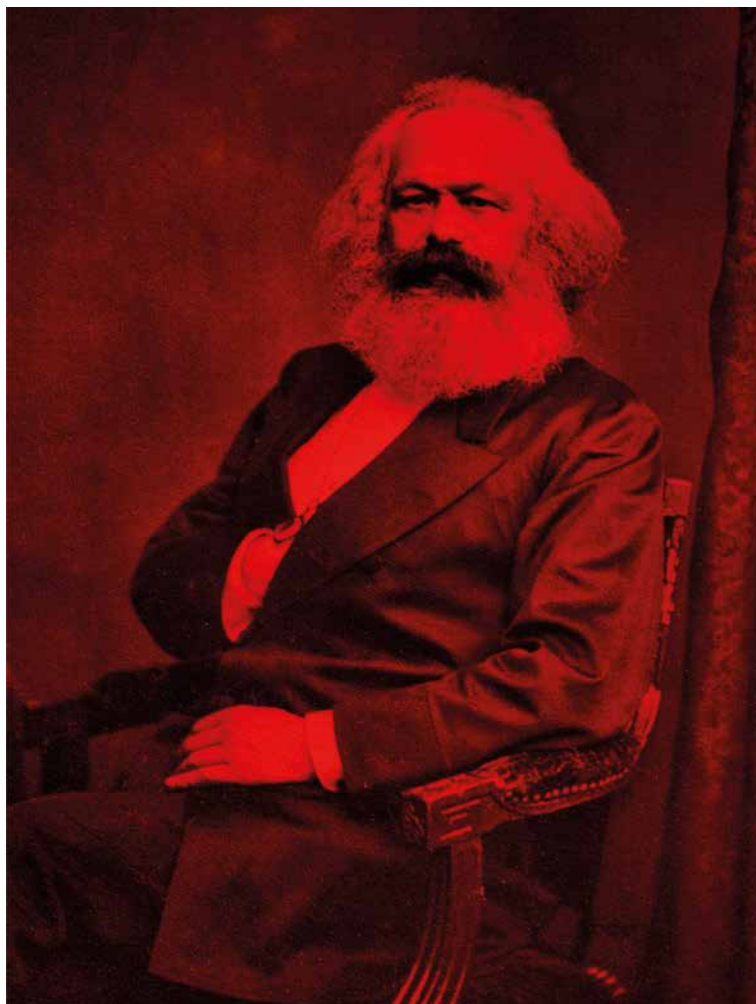
A militância também deve ser formada na compreensão de que vivemos uma quadra histórica onde deve ser recolocada a possibilidade e a necessidade de grandes revoluções socialistas. E onde também existe o risco de um imenso retrocesso politico, econômico e social. Uma situação que, no caso do nosso Partido dos Trabalhadores, exige um partido e uma estratégia para tempos de guerra. ★

Compromisso revolucionário

Bruno Elias

Em 2018, comemoramos os 200 anos do nascimento de Karl Marx. Mais do que uma efeméride, o bicentenário do revolucionário alemão é uma oportunidade de apreendermos o quanto Marx tem a dizer sobre a sociedade capitalista atual e as possibilidades de sua superação. Aliás, este é um primeiro traço do legado de Marx que mereça ser destacado: seu pensamento não pode ser dissociado do seu compromisso de mudar o mundo. A teoria em Marx esteve ao longo de toda sua vida a serviço da revolução e dos interesses históricos da classe trabalhadora.

Nascido no dia 5 de maio de 1818 na cidade de Trier, na região alemã da Renânia, Marx foi criado em um ambiente familiar de maior liberdade intelectual do que a reinante da Prússia do século 19. Enquanto outros países da Europa e os Estados Unidos se industrializavam, o absolutismo prussiano se assentava em uma base econômica fundamentalmente agrária. Os resquícios feudais da dominação da nobreza fundiária, a inexistência de um Estado nacional unificado e laico, o atraso das instituições sociopolíticas e a pauperização das classes populares eram expressões da chamada "miséria alemã".

Na juventude, Marx estudou na Universidade de Berlim em um ambiente intelectual muito influenciado pelo pensamento de Georg W. F. Hegel (1770 - 1831). Em abril de 1841, Marx se diplomou como doutor em filosofia, mas o fechamento do regime e sua vinculação com a esquerda hegeliana inviabilizaram sua permanência na universidade. Diante da ofensiva reacionária, muitos desses jovens hegelianos foram obrigados a migrar para a atividade jornalística e assumiram crescente protagonismo na oposição política ao regime prussiano.

Em março de 1842, Marx passa a colaborar com a Gazeta Renana, um jornal da burguesia liberal da região sediado na cidade de Colônia. Datam desse período as primeiras contribuições de Karl Marx ao debate político e às lutas populares. Em artigos publicados pelo jornal, Marx criticou as medidas autocráticas da monarquia prussiana e defendeu a liberdade de imprensa e os direitos dos trabalhadores despossuídos. O estudo dos chamados "interesses materiais" levou Marx a denunciar com contundência a instrumentalização do Estado pelos interesses das classes dominantes, a propriedade privada e a exploração da classe trabalhadora em formação na Alemanha. A linha editorial crítica dirigida por Marx provoca uma escalada da censura contra o jornal e seu fechamento em 1843.

Neste período, Marx se casa com Jenny von Westphalen (1814 – 1881) e se muda posteriormente para Paris, onde inicia a parceria de mais de quatro décadas com Friedrich Engels (1820 – 1895). Em contato com o movimento socialista francês, Marx também reconheceu a entrada de novos personagens em cena. Em sua introdução à Crítica da filosofia do Direito de Hegel (1844), Marx já identificava no proletariado a classe com "cadeias radicais" que seria capaz de emancipar o conjunto da sociedade.

Dando continuidade ao processo de crítica da filosofia alemã, Marx e Engels escreveram entre 1845 e 1846 os textos que posteriormente foram reunidos sob o título A ideologia alemã, que não chegou a ser publicado em vida pelos autores. Na crítica materialista do idealismo hegeliano, Marx e Engels destacam a centralidade das condições materiais de existência na formação das representações e das ideias humanas. Nos quadros desse materialismo concebido por ambos, a estrutura econômica de uma sociedade é a base onde se desenvolvem suas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas.

Este processo de amadurecimento teórico e a participação direta nas lutas sociais do período possibilitaram a Marx analisar episódios concretos das lutas de classes em curso na Europa. No balanço do movimento revolucionário de 1848 que foi duramente reprimido pela virada reacionária da burguesia, Marx desenvolveu conceitos importantes sobre a questão do Estado, as classes e a revolução. Para Engels, uma das contribuições decisivas de Marx foi exatamente a de destacar a centralidade das lutas de classes no processo de mudanças históricas e conquistas sociais.

Nessa época em que Marx se filiara à Liga dos Justos - depois reorganizada como Liga dos Comunistas - a classe trabalhadora começava a se constituir como uma força politicamente independente e mobilizada. No movimento operário em formação, as ideias socialistas estiveram associadas, inicialmente, a formulações experimentais e

cooperativistas que, embora críticas da sociedade capitalista, não projetavam a emancipação da classe trabalhadora. Críticos da perspectiva utópica dessas primeiras teorias socialistas, Marx e Engels passaram a se dedicar, desde meados da década de 1840, à construção das bases teóricas do que eles chamaram de socialismo científico.

Um marco decisivo na construção desta teoria e ação revolucionária da classe trabalhadora foi a publicação em 1848 do Manifesto Comunista, escrito por Marx e Engels no calor das lutas populares em curso na Europa. Para ambos, o proletariado deveria se aproveitar das divisões da burguesia, como a que permitiu aprovar a lei da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra, mas não deveria perder de vista o objetivo central de conquistar o poder político e utilizá-lo para expropriar a burguesia e desenvolver de forma centralizada os instrumentos de produção nas mãos do Estado. Projetando esta primeira fase da revolução socialista como “elevação do proletariado a classe dominante”, Marx e Engels elencaram no manifesto um conjunto de medidas que incidiriam no direito de propriedade e nas relações de produção capitalistas, como o imposto progressivo, a abolição da herança, a centralização do crédito, dos meios de comunicação e dos transportes nas mãos de Estado, a educação pública e gratuita, a abolição do trabalho infantil etc. Internacionalista, o manifesto foi concluído com um chamado à unidade dos trabalhadores de todo o mundo.

Derrotadas as revoluções, Marx foi obrigado a se estabelecer em Londres e se deparou com a necessidade de aprofundar seus estudos econômicos. Para Lenin, ao lado da filosofia alemã e do movimento socialista francês, a terceira “fonte”

Das Kapital.

Kritik der politischen Oekonomie.

Von

Karl Marx.

Erster Band.

Buch I: Der Produktionsprocess des Kapitals.

Hamburg

Verlag von Otto Meissner.

1867.

New-York: L. W. Schmidt, 24 Barclay-Street.

do pensamento de Marx foi o estudo da economia clássica inglesa. Em sua crítica da economia política, Marx faz descobertas decisivas sobre a dinâmica e o funcionamento da sociedade burguesa fundada no modo de produção capitalista.

Em uma dessas descobertas descritas em sua obra maior, O Capital, Marx aponta que no capitalismo o valor de troca das mercadorias é “determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção”. No desenvolvimento de sua teoria do valor-trabalho, Marx descobre que a força de trabalho no capitalismo é convertida em uma mercadoria que além de criar valor, cria “um valor maior que aquele que ela mesma custou”. Esse “mais-valor” ou “mais-valia” apropriada pelos capitalistas e determinada pela proporção entre o tempo de mais-trabalho do proletariado e o tempo de trabalho necessário à sua produção constitui a base dos lucros do capital e na exploração da classe trabalhadora.

Portanto, o capitalista tenta se apropriar ao máximo da jornada de trabalho. Como um “vampiro” que suga “trabalho vivo”, o capitalista se interessa em “tirar o maior proveito possível do valor de uso de sua mercadoria”. Analisando

> “Em uma dessas descobertas descritas em sua obra maior, O Capital, Marx aponta que no capitalismo o valor da mercadoria é “determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção”.”

as legislações fabris sobre a jornada de trabalho, Marx descreve as seguidas tentativas da burguesia em burlar os parcos limites legais ao prolongamento da jornada de trabalho, buscando a todo o custo surrupiar turnos dos dias do trabalhador em sistemas de revezamento, nos horários das refeições, nas jornadas noturnas e na generalização do trabalho infantil. Estas jornadas que poderiam chegar a 18 horas por dia definhavam fisicamente a classe trabalhadora em diversos ramos de produção.

Em outra passagem, Marx expõe o impacto da acumulação capitalista sobre a classe trabalhadora e a constituição de um contingente permanente de trabalhadores que não conseguem vender sua força de trabalho, o chamado “exercito industrial de reserva”. A lei geral desta acumulação capitalista implica numa dinâmica em que ampliação da riqueza social se dá em razão direta com a ampliação do exercito industrial de reserva e da pauperização da classe trabalhadora. Uma das reações da classe trabalhadora a este estado de coisas é a luta pela redução da jornada de trabalho e melhores condições de trabalho e salário que se desdobraram em conquistas e direitos sociais. Este tencionamento é supostamente mediado pelo Estado, que absorve parte das mudanças jurídicas reivindicadas pelos trabalhadores ao tempo que cumpre um papel em última instância de manutenção da ordem burguesa e das relações de exploração capitalistas.

Foi a partir dessa concepção que Marx analisou o programa de unificação dos partidos operários alemães que se reuniram na cidade de Gotha, em 1875. As ilusões de setores do movimento operário com as possibilidades de conquistas sociais no Estado capitalista impediam, na opinião de Marx, que os socialistas debatessem seu programa numa perspectiva de superação do capitalismo e de suas formas políticas e jurídicas. Esta compreensão seria reforçada pelas lições da Comuna de Paris, em 1871, que fora apoiada fortemente por Marx e pela Associação Internacional dos Trabalhadores, da qual ele e Engels foram dirigentes e fundadores.

Até o ano de sua morte, em 1883, Marx seguiu trabalhando incansavelmente. Os últimos volumes de O Capital ainda seriam editados por Engels, que dedicou os últimos anos de sua vida a difundir a obra de Marx e o seu legado político. Desde então, suas contribuições teóricas e políticas inspiraram revoluções socialistas, lutas anticoloniais e de libertação nacional e contribuíram para a ampliação de direitos e liberdades democráticas em todo o mundo. Um caminho que não esteve isento de erros e contradições, mas que representou conquistas decisivas para a classe trabalhadora e para a luta por uma sociedade contra e além do capital.. ★

Bruno Elias é militante do Partido dos Trabalhadores

Vacilar é perder

É hora de partir pra cima dos golpistas, impedir o fim da previdência e realizar fortes mobilizações em 2018!

Jandyra Uehara Alves e Ismael César

No dia 24 de novembro, as centrais sindicais decidiram realizar greve nacional contra a nova proposta de destruição da previdência social anunciada pelo golpista Temer, convocando os sindicatos e movimentos sociais a realizarem a mais ampla mobilização nas bases sindicais e populares.

As Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo imediatamente se somaram à convocatória das centrais organizando-se para mobilizar suas bases, promover ações de massa, pressionar parlamentares como fizeram em todas as greves e mobilizações propostas pela CUT e demais centrais em 2017, com destaque para a greve histórica de 28 de abril e a ocupação de Brasília no dia 24 de maio.

Entre 24 de novembro e 1º de dezembro, tivemos uma semana de intenso trabalho, muito esforço militante, para esquentar a convocatória da greve nacional, que gradativamente foi tomando corpo em diversas categorias importantes, com maior ou menor grau de mobilização, previsíveis num controverso cenário que combina total rejeição ao governo golpista e mobilização popular insuficiente. Fato é que, diante da gravidade e do grau altamente destrutivo do novo projeto de Temer, houve um imenso esforço das direções sindicais e de movimentos populares para fazer acontecer a greve nacional.

No dia 28 de novembro, em uma audiência das Centrais com o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a CUT deixou claro que os trabalhadores não aceitariam passivamente a destruição da previdência pública do país. Na saída da reunião, o presidente da CUT, Vagner Freitas acertadamente afirmou que "a única saída é a greve nacional".

> **"Concluídas a entrega do pré sal, o congelamento de investimentos sociais, a terceirização sem limites e a famigerada reforma trabalhista, os golpistas ainda devem uma gorda fatura para o capital financeiro, que exige a destruição da previdência pública para engordar morbidamente seus lucros bilionários."**

Em o todo o país, preparava-se o Dia Nacional de Greve com intensidade diferenciada. As CUTs estaduais estavam se preparando para a realização da paralisação e de atos, e os sindicatos progressivamente realizando assembleias mais ou menos mobilizadas e dando continuidade também à coleta de assinaturas para Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que pede a anulação da reforma trabalhista. Com 3% de popularidade, Temer é odiado pela grande maioria do povo, e parte considerável dos picaretas do Congresso Nacional que o apoiam temem não serem reeleitos caso coloquem suas digitais num projeto que acaba com a previdência pública do país.

No primeiro semestre de 2017, toda a mobilização realizada pela CUT, pelas Frentes e pelas demais centrais contra a destruição da previdência social conseguiu retirar por alguns meses a antirreforma da previdência da pauta do Congresso golpista – mas não dos propósitos de Temer, Meireles e sua camarilha, que não dependem de aceitação popular e tampouco de respeitar minimamente regras básicas da democracia burguesa, além de terem "salvo conduto" para cometer crimes impunemente desde que implementem integralmente a retirada de direitos. Concluídas a entrega do pré-sal, o congelamento de investimentos sociais, a terceirização sem limites e a famigerada reforma trabalhista, os golpistas ainda devem uma gorda fatura para o capital financeiro, que exige a destruição da previdência pública para engordar morbidamente seus lucros bilionários.

As dificuldades impostas aos golpistas pela resistência da classe trabalhadora ao longo de 2017, a crescente mobilização em torno da construção de um Dia Nacional de Greve, as ações realizadas em todos os estados e a pressão sobre os parlamentares foram decisivas para que desmarcassem a votação em primeiro turno da PEC 287/16 pela Câmara dos Deputados. Caso a votação ocorresse, o Palácio do Planalto não teria os 308 votos necessários para aprovar o Projeto.

No dia 1º de dezembro, fomos surpreendidos com a decisão das Centrais de suspensão da greve do dia 5, diante da suspensão da votação da antirreforma da previdência no dia 6. Os argumentos relacionavam-se à condicionante implícita na palavra de ordem "Se botar prá votar, o Brasil vai parar", bem como às dificuldades de convocar uma nova greve caso a antirreforma venha a ser votada no próximo dia 13 de dezembro.

Parte da cúpula da CUT decidiu em acordo com as demais centrais tomar esta decisão sem a necessária e insubstituível consulta à executiva nacional da CUT, às CUTs estaduais e às confederações nacionais, sem ouvir os aliados das Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo e os parlamentares aliados no Congresso Nacional. O anúncio desastroso pela imprensa golpista e redes sociais sem nenhuma orientação quanto a continuidade da luta con-

Dia 5 de dezembro, Av. Paulista. Foto: Roberto Parizotti

tribuiu para a dispersão, gerando desconfiança e confusão no campo democrático e popular.

A avaliação se uma decisão foi certa ou errada não pode ter como parâmetro as intenções ou as premissas que a sustentaram, no caso o adiamento da greve articulado com a suspensão da votação. O parâmetro que nos leva a considerar um grave erro a concordância da CUT com a suspensão da greve, além do método de decisão limitado a centrais pelegas, é sua consequência prática: esta decisão contribuiu para a fragmentação, dispersão e a desconfiança na capacidade de direção política da principal e mais combativa central sindical num momento em que é absolutamente fundamental unificar as forças cutistas, as centrais que lutam contra o golpe e os movimentos populares.

Mais uma vez, um problema de fundo na relação da CUT com as demais centrais e com as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo aparece claramente: parte da cúpula cutista continua privilegiando a interlocução política com o Fórum das Centrais, que reúne direções golpistas de direita e de esquerda. A relação com este Fórum deve ter caráter tático, de unificação das lutas pontuais contra a retirada de direitos, sabendo que ali se alinhavam interesses que vão desde a utilização do movimento para abrir espaço com o governo golpista até a política de desqualificação da CUT e do "quanto pior melhor" da igualmente golpista CSP-Conlutas – com o agravante de que esta interlocução privilegiada com as centrais pelegas é uma marca da política sindical nacional centrada em São Paulo, que não se reproduz na maioria dos estados, onde a interlocução principal das Cuts é com os movimentos populares e centrais que compõem a Frente Brasil Popular. Saber definir claramente quem são os nossos aliados estratégicos e a disposição concreta de construir com eles um diálogo e articulação consistentes são essenciais para a luta em torno dos rumos do Brasil nas próximas décadas.

> **"Impedir a aprovação da reforma da previdência e articular fortes mobilizações, greves e resistência articulados com trabalho de base contínuo e politizado é o que nos dará força e base social para eleger Lula em 2018, para revogar cada uma das medidas antipovo aprovadas por Temer e toda a sua camarilha e fortalecer a classe trabalhadora."**

A iniciativa de várias CUTs estaduais em reafirmar o caráter de luta do dia 5 foi acertado. Não podemos baixar a guarda. Mais do que nunca é preciso partir para cima dos golpistas e impedir o fim da previdência pública no Brasil. Continua válida a palavra de ordem "Se botar prá votar, o Brasil vai parar!" e isto se faz com povo na rua, consciente e mobilizado.

Fortalecer os laços e a luta com as organizações populares e sindicais que lutam contra o golpe e a destruição dos direitos da classe trabalhadora, corrigir os erros táticos e realinhar as alianças estratégicas são tarefas que uma organização do porte político e organizativo da CUT tem plenas condições de realizar. E nós estamos prontos a contribuir com este processo, participando ativamente do esforço cotidiano de construção da unidade política necessária para conseguirmos fortalecer a classe trabalhadora na arena sangrenta da luta de classes.

Impedir a aprovação da reforma da previdência e articular fortes mobilizações, greves e resistência articulados com trabalho de base contínuo e politizado é o que nos dará força e base social para eleger Lula em 2018, para revogar cada uma das medidas antipovo aprovadas por Temer e toda a sua camarilha e fortalecer a classe trabalhadora.

É hora de partir pra cima dos golpistas, impedir o fim da previdência e realizar fortes mobilizações em 2018! ★

Jandyra Uehara Alves e **Ismael César** integram a direção nacional da CUT

Aos golpistas, nenhum segundo de trégua

Nesta entrevista ao Página 13, a professora Eliane Bandeira, presidenta da CUT-RN, faz um balanço do XV Congresso do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE) e avalia o movimento sindical no Rio Grande do Norte.

Página13. Que balanço você faz do congresso do Sinte?

Eliane Bandeira. Nos dias 30 de novembro, 1 e 2 de dezembro realizamos o XV Congresso dos/as trabalhadores/as em educação do Estado do Rio Grande do Norte. Um congresso de um dos principais sindicatos filiados à CUT, que é o SINTE. Momento importante para o fortalecimento do movimento sindical e de organização da classe trabalhadora no enfrentamento aos ataques dos governos Temer (PMDB) e Robinson Faria (PSD).

Por não ser um congresso eleitoral, onde se elege a direção, o congresso do SINTE é fundamentalmente um espaço de debates e formação para a categoria. Reunimos mais de 600 delegados e delegadas de todo o estado. Essa característica reforça a dimensão e a importância para a organização do movimento sindical no Rio Grande do Norte. Além dos debates, aprovamos um plano de lutas que vai orientar a direção do sindicato para o próximo ano.

> "A CUT tem tido um papel fundamental, conjuntamente com outros movimentos, na organização da resistência ao golpismo no Rio Grande do Norte. Demos passos importantes para consolidar a Frente Brasil Popular e isso tem contribuído e muito para construção das agendas de mobilizações desde o golpe de 2016."

Como está o movimento sindical em geral no Rio Grande do Norte?

É evidente que todos os estados têm suas peculiaridades, mas no geral, o movimento sindical no Rio Grande do Norte não difere muito dos demais. Vivemos também uma conjuntura de retiradas de direitos pelo governo Estadual. O Rio Grande do Norte tem vivido uma crise política e econômica brutal. Essa crise afeta o movimento sindical ao passo que fragiliza as relações de trabalho. A crise e os ataques feitos pelo governo Temer, no plano federal, e pelo governo Robinson, no plano estadual, tem pautado todas as centrais sindicais e unificado o movimento nas ações de enfrentamentos e resistência.

E como está especificamente a CUT no RN?

A CUT tem tido um papel fundamental, conjuntamente com outros movimentos, na organização da resistência ao golpismo no Rio Grande do Norte. Demos passos importantes para consolidar a Frente Brasil Popular e isso tem contribuído e muito para construção das agendas de mobilizações desde o golpe de 2016. Temos direcionado esforços, também, para colaborar no fortalecimento dos sindicatos na base. Construímos uma intensa agenda de visitas e debates com nossas entidades filiadas. Buscamos retomar o diálogo com entidades que já foram filiadas à Central, como forma de fortalecimento da CUT e acreditamos que ela está inserida em todas as lutas da classe trabalhadora potiguar.

A CUT e demais centrais tinham convocado uma greve geral para o dia 5, porém decidiram suspender praticamente na véspera, como você recebeu essa decisão?

Na verdade a CUT nacional tem uma prática de consultar as Estaduais em pautas como esta. Desta vez soubemos pelos instrumentos oficiais de comunicação da nacional, já com a decisão tomada. A alegação foi de que o governo tinha recuado da votação da reforma da Previdência no dia 5. Nós temos clareza que esse governo não merece nenhum crédito por parte da classe trabalhadora. Nossa posição era de manter a greve. Vínhamos construindo as mobilizações no Rio Grande do Norte com diversas categorias. Realizando assembleias, conversando e mobilizando na base. O "adiamento" da votação não se traduz em vitória da classe trabalhadora. Está muito claro que o governo não desistiu de levar adiante a reforma. E nós só conseguiremos barrar mais esse retrocesso com muita organização e povo na rua. Um governo que

Dia 5 de dezembro, ato em Natal, RN. Foto: Lenilton Lima

> "O atual momento político é o mais acirrado da luta de classe nos últimos anos no Brasil. Os trabalhadores e trabalhadoras precisam, para ontem, buscar a unidade de classe, permanecer organizados e mobilizados, em torno de uma agenda de lutas que se contraponha ao pacote de maldades do governo golpista."

tem quase 100% de reprovação popular tem que ser combatido nas ruas e nos locais de trabalho. Nesse sentido, a greve geral tem um caráter também pedagógico para o povo brasileiro. Não podemos vacilar diante dessa linha política que vem sendo adotada pelo governo.

Foi possível manter a mobilização para o dia 5?

Como já disse, o cancelamento da greve geral nos pegou de surpresa. Vínhamos num processo de construção coletiva, junto às direções e bases do movimento sindical. Na sexta-feira 24 de novembro, em reunião com as centrais sindicais, deliberamos pela construção da greve geral. Na quarta-feira 29 de novembro, realizamos uma plenária com as centrais sindicais e a militância, onde definimos a programação da greve geral. No dia 30 de novembro, reunidas as direções das centrais sindicais, resolvemos todas as pendências, a logística e os sindicatos responsáveis por cada local onde haveria grandes concentrações. Ou seja, tudo estava organizado, mobilizado, pronto para greve geral do dia 5 de dezembro. Estávamos em plena realização do XV Congresso do SINTE, quando ficamos sabendo do cancelamento da Greve Geral. A informação chegou através da CONLUTAS, em forma de denúncia, nos acusando de traidores da classe operária, o que causou enorme constrangimento e desgaste político. Entendemos as razões que levaram a decisão do cancelamento da greve geral. Contudo, discordamos radicalmente do método empregado para tomada de uma decisão tão importante e de grande impacto para a organização da classe trabalhadora. Foi uma decisão unilateral, de baixo para cima e sem legitimidade da base. Somos um país de dimensões continentais, muito diverso cultural e socialmente. Nossas lideranças nacionais precisam entender as dinâmicas políticas e organizacionais de cada região, de cada estado, e adotar uma postura horizontal quando de uma decisão dessa magnitude.

Depois de muito diálogo e convencimento, conseguimos aparar as arestas e manter a unidade política das centrais sindicais, em torno das atividades de mobilização de rua já planejadas. Com exceção das atividades nas garagens de ônibus, nos terminais dos trens urbanos e do trancaço na ponte de Igapó e na BR 101, todas as outras ações foram mantidas.

Qual o balanço das atividades?

Realizamos atos nas seguintes cidades: Natal, Parnamirim, Mossoró e Caicó. Em Natal, pela manhã, o SINTE, o SINDSAUDE, o SINSENAT, o SINDGUARDA, a juventude e o movimento de mulheres realizaram atividades de rua.

Vivemos uma conjuntura difícil, desencanto com a política, fragmentação das lutas sociais, o movimento sindical golpeado pela reforma trabalhista, sem condições financeiras de garantir a estrutura necessária para as mobilizações de rua. Isto tudo, junto com o adiamento da greve geral, são elementos que anunciavam a dificuldade de mobilização do dia nacional de luta contra a reforma da previdência. Ainda assim, com todos esses elementos adversos, tivemos um grande e importante dia de mobilização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, em especial a juventude e mulheres.

As mobilizações de rua aconteceram durante todo o dia, em diversos pontos da cidade, terminando com um ato unificado das centrais sindicais, em frente ao prédio do INSS. Nós da CUT/RN avaliamos como positivo o dia nacional de luta. O atual momento político é o mais acirrado da luta de classe nos últimos anos no Brasil. Os trabalhadores e trabalhadoras precisam, para ontem, buscar a unidade de classe, permanecer organizados e mobilizados, em torno de uma agenda de lutas que se contraponha ao pacote de maldades do governo golpista. Lutar contra a reforma da previdência social e pela revogação da reforma trabalhista é lutar contra a barbárie e pela dignidade do povo brasileiro. ★

GREVE GERAL

Em Sergipe o dia 5 foi um sucesso

■Rubens Marques

Passado o sufoco provocado pela decisão das centrais sindicais de suspender a greve geral nacionalmente e manter apenas as mobilizações, vamos fazer aqui um breve balanço das atividades de luta do dia 5 de dezembro. A agenda de luta quase esmoreceu por conta do recuo do governo golpista de Michel Temer ao desistir de votar a Reforma da Previdência, já que ele não havia conseguido "comprar" os votos necessários à sua aprovação. No entanto, 25 estados brasileiros construíram mobilizações vitoriosas neste dia, sendo que em Sergipe a Greve foi mantida com muito sucesso.

Antes de tudo, dizer que foi acertadíssima a decisão da CUT Sergipe em manter a greve, marchar pra cima dos golpistas e mostrar ao setor patronal a unidade da classe trabalhadora, já que pela primeira vez todas as centrais com atuação no estado saíram juntas para o front de batalha. Foram elas: CUT, CSP Conlutas, CTB, UGT e Força Sindical. Existem outras centrais, mas sem atuação pública.

É verdade que o clima de incerteza sobre a manutenção ou não da greve terminou atrapalhando no início, mas, com muita determinação, nós fizemos o debate da contrainformação nos meios de comunicação, redes sociais, e também nas panfletagens, no contato direito com a classe trabalhadora, nos terminais de ônibus, centros comerciais, feiras livres, escolas, universidades, postos de saúde, bancos etc.

Por conta do final de ano e a grana do 13º salário na praça, os patrões do comércio e do transporte do coletivo reagiram com força e exigiram do governo do estado (Jackson Barreto – PMDB) que colocasse a polícia para dar proteção nas garagens de ônibus e comércio principalmente, por isso às 7:00h do dia 05, a cavalaria da PM já estava lá aguardando os manifestantes. Mesmo assim, o fechamento

do comércio aconteceu, verdade que com mais dificuldades do que nas vezes anteriores, mas fechou 80% e esteve sem clientes, porque os ônibus não saíram das garagens e trechos importantes da cidade de Aracaju estavam bloqueados.

A classe patronal tem feito enfrentamento aberto ao movimento sindical, principalmente à CUT em Sergipe, e fruto disso são processos que tramitam no Judiciário e Justiça do Trabalho, contra a central,proibindo a minha presença em locais onde estejam ocorrendo manifestações, sob pena de receber multa astronômica e prisão, mas é claro que não podemos respeitar determinações como essas, afinal de contas, pra que serve central que não faz greve e dirigente que não vai para o front de batalha lutar?

Compreendendo a importância da unidade na resistência, a CUT além de assumir tarefas que foram divididas durante reunião entre as centrais, foi solidária com as demais, dividindo o seu exército e enviando parte do contingente de militantes para outras trincheiras de lutas.

Nós ganhamos o sindicato dos rodoviários nas greves de 28 de e 30 de junho (era filiada à Força Sindical), e essa conquista foi muito importante, prova é que na greve do dia 5 a direção do SINTTRA fez assembleia e deliberou favorável ao movimento paredista. Uma coisa era a CUT fazer piquete em garagem de ônibuse mobilização em terminais de ônibus quando o sindicato era filiado à Força Sindical, outra é agora, nós vamos com os dirigentes do sindicato.

Além da unidade entre as centrais nessa pauta específica, destaco o papel que a Frente Brasil Popular tem cumprido em Sergipe e nesse dia a Frente foi muito importante ao apoiar a decisão das centrais em manter a greve. Entidades da FBP (além das centrais) a exemplo do MST, Levante Popular da Juventude, MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, DCE – UFS, Movimento dos Sem Teto etc participaram ativamente das ações diretas durante a madrugada e depois que o sol abriu o olho.

Naturalmente o povo se incomoda com os efeitos causados pela greve, como aconteceu em Sergipe, em que o transporte coletivo não funcionou, os bancos não abriram e o comercio abriu parcialmente (20% das lojas, porém vazias) e houve trancamento das rodovias federais e estaduais e entradas e saídas da cidade de Aracaju. O setor público também parou: edučação, saúde, administração, fazenda etc. A tarde o SINTESE coordenou um ato unificado com todos os sindicatos de servidores estaduais em frente ao paláciodo governo para protestar contra os desmandos administrativos, atraso, falta de reposição salarial e o avanço da política neoliberal em Sergipe.

Esse é o momento de colocar os transtornos na conta dos deputados, senadores e empresários golpistas, e assim nós temos feito com muita eficiência, ao ponto de recebermos recados diretos deles, através da imprensa e também por telefone.

Retornando ao início quando tratei da manutenção da greve em Sergipe, confesso que a CUT Sergipe recebeu a notícia com perplexidade, e de imediato reafirmou a manutenção da greve, e isso foi o que amenizou as críticas vindas da imprensa e o julgamento do povo – com esse nós temos que nos preocupar –, uma vez que nas primeiras horas da manhã durante a semana de mobilização, vários cutistas fizeram atividades nos terminais de ônibus, Centro comercial e feiras livres, e lá o povo perguntava se a greve era pra valer, referindo-se àparalisação do dia 10 de novembro, que não funcionou na maioria dos estados.

Como a CUT se mantém como a maior referência do movimento sindical no Brasil, foi sobre ela que caiu a avalanche de ataques, inclusive de entidades próximas que aproveitaram o momento para ganhar visibilidade, e isso tem nome: oportunismo.

Espero que o imbróglio causado pela suspensão da greve sirva de exemplo e que daqui pra frente as centrais não tomem decisões de grande impacto como essa, sem antes ouvir as CUTs estaduais e os ramos e no caso da CUT nacional, acredito que a sua direção fez coro com as demais centrais para não ficar isolada. Quanto a isso, orientamos pelo rompimento em caso de se posicionar contra todas elas, porque só se isola quem não ouve a classe trabalhadora.

Enquanto a classe trabalhadora clamava pela greve geral, as centrais, batendo cabeça, saíram pela contramão provocando alguns incidentes.

Por fim parabenizamos o papel de vanguarda da CUT Sergipe que soube dirigir o processo difícil sem a arrogância recorrente do vanguardismo muito presente na esquerda.! ★

Rubens Marques de Sousa é presidente da CUT Sergipe.